



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO PAULO DA SILVA DOS SANTOS

ANÁLISE CRÍTICA DA PERFORMANCE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2000-2010 A PARTIR DO CONCEITO DE
EXCLUSÃO SOCIAL

FORTALEZA
2013

JOÃO PAULO DA SILVA DOS SANTOS

ANÁLISE CRÍTICA DA PERFORMANCE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2000-2010 A PARTIR DO CONCEITO DE
EXCLUSÃO SOCIAL

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado Executivo, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Fabio Maia Sobral.

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo

-
- S235a Santos, João Paulo da Silva dos.
Análise crítica da performance do desenvolvimento econômico do estado do Ceará no período de 2000-2010 a partir do conceito de exclusão social / João Paulo da Silva dos Santos. – 2013.
76 f.: il. color., enc.; 30 cm.
- Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof^o. Dr. Fabio Maia Sobral
- 1.Exclusão social. 2.Desenvolvimento econômico - Ceará. 3.Renda.I. Título.

JOÃO PAULO DA SILVA DOS SANTOS

ANÁLISE CRÍTICA DA PERFORMANCE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
ESTADO DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2000-2010

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado Executivo, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. André Lima Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, fonte inesgotável da minha fé, que esteve a todo o momento, caminhando junto a mim e iluminando todos os meus passos, nesta árdua jornada da vida.

Aos meus amados pais, José Inácio e Maria das Graças, que desde cedo souberam transmitir a mim os mais importantes ensinamentos, e sempre me apoiaram, nos mais difíceis momentos da minha vida.

A todas as minhas irmãs, que juntamente aos meus pais, representaram os maiores símbolos para que se conservasse em mim o estímulo e a perseverança suficientes para concluir mais essa importante etapa.

Ao professor Fabio Sobral pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

“SE UMA SOCIEDADE LIVRE NÃO PODE
AJUDAR A SEUS MUITOS POBRES, TAMBÉM
NÃO PODERÁ SALVAR A SEUS POUCOS RICOS.”

John F. Kennedy

RESUMO

Utilizando as premissas componentes da Teoria do Desenvolvimento Econômico, buscou-se analisar a performance socioeconômica cearense no período de 2000-2010. O estudo do desempenho econômico para o estado em questão foi complementado pela averiguação do progresso qualitativo, no tocante ao comportamento dos indicadores, capazes de aferir o nível de mal-estar social. Para tanto, utilizou-se a análise do Índice de Gini, capaz de medir o cenário distributivo dos rendimentos, assim como, o Índice de Exclusão Social (IES), responsável por mensurar o percentual da população socialmente excluída do acesso aos principais ativos sociais. O resultado destes indicadores apontam para uma manutenção do cenário concentrador dos rendimentos no Estado do Ceará, agravado por uma expansão da parcela populacional privada do acesso ao ativo monetário. Por outro lado, é observada uma redução pouco expressiva do percentual da população que sofre com privações de acesso aos principais ativos sociais, tais como educação, água potável e saneamento. Os indicadores abordados apontam para um cenário socioeconômico cearense, tipicamente concentrador, ressaltado com a observância de uma expansão da população socialmente excluída, quando observado em números absolutos. Tal característica tem corroborado, para que o almejado desenvolvimento econômico consolide-se ainda em uma meta de longínquo alcance, ou de forma estipulável, mais precisamente, no longo prazo, desde que os ganhos originados na atividade econômica impactem em melhores condições de vida à população cearense.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Índice de Exclusão Social. Estado do Ceará.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the socioeconomic performance of Ceará in the period 2000-2010 by using the assumptions which compose the Economic Development Theory. The study of the economic performance of the above-mentioned State was complemented by investigating the qualitative progress with regards to the behavior of indicators which measure the level of social problems. For this purpose were analyzed the Gini index that measures the distributive income scenario, as well as the Index of Social Exclusion (ISE), responsible for measuring the percentage of socially excluded people who have access to key social assets. The result of these indicators point to the scenario that the income concentration has been maintained in the State of Ceará, and even aggravated by an expansion of the part of the population deprived of access to private monetary assets. On the other hand, a not significant reduction was observed of the percentage of the population that suffers from deprivation of access to key social assets, such as education, water and sanitation. Indicators show a socioeconomic scenario in Ceará that is typical for concentration, highlighted with the observance of an expansion of socially excluded people, when viewed in absolute numbers. This feature has contributed to the desired economic development consolidating itself in a still distant goal range, or, more precisely, as an estimation for the long run, in case the gains arising from economic activity were able to impact in better living conditions for the population from Ceará.

Keywords: Economic Development. Index of Social Exclusion. State of Ceará.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores econômicos – Ceará e Brasil – 2000 – 2010	26
Tabela 2 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos da Agropecuária para Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos - 2000 - 2010 - (%)	31
Tabela 3 - Participação da Indústria no valor adicionado bruto a preços básicos para o Estado do Ceará, 2000-2010 – (%)	34
Tabela 4 - Participação da Região Nordeste e do Estado do Ceará no valor adicionado bruto da Indústria brasileiro a preços básicos - 2000-2010 - (%)	35
Tabela 5 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos da Indústria para Brasil, Nordeste e Ceará – 2000-2010 - (%)	35
Tabela 6 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos dos Serviços para Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos - 2000-2010 - (%)	40
Tabela 7 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos dos Serviços de Intermediação Financeira para o Estado do Ceará, 2001-2010 - (%)	43
Tabela 8 - Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal - Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010	48
Tabela 9 - Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária para Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010.....	49
Tabela 10 - Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria para Brasil, Nordeste e Ceará - 2000 - 2010	51
Tabela 11 - Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços para Brasil, Nordeste e Ceará – 2000 - 2010	53
Tabela 12 – Passivo de Educação para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)	60

Tabela 13 – Passivo de Renda para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)	63
Tabela 14 – Privação de Água encanada para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)	65
Tabela 15 – Privação de Saneamento para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)	66
Tabela 16 – Privação de Coleta de Lixo para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)	66
Tabela 17 – IES para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)...	67
Tabela 18 – População Socialmente Excluída, Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010 - (Números Absolutos)	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	13
2.1 A dicotomia entorno da definição de Desenvolvimento Econômico.....	13
2.2 O surgimento da problemática do Desenvolvimento Econômico	14
2.3 Desenvolvimento e Crescimento Econômico.....	16
3 ANÁLISE ESTRUTURAL DE DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE.....	24
3.1 Breve caracterização do Estado do Ceará	24
3.2 O Estudo do Desempenho sob a Ótica dos Três Setores	26
3.3 A Dinâmica da Estrutura Econômica Cearense	28
3.3.1 <i>Agropecuária Cearense e a dependência do cenário climatológico</i>	29
3.3.2 <i>A Indústria Cearense em um cenário de choques econômicos</i>	33
3.3.3 <i>O Setor de Serviços: O sustentáculo da Economia Cearense</i>	39
4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO GERADO PELO CRESCIMENTO ECONÔMICO	44
4.1 Crescimento econômico como fenômeno de concentração de renda	44
4.1.1 <i>Concentração de renda na atividade agropecuária</i>	47
4.1.2 <i>A indústria como principal causador dos desequilíbrios de renda</i>	50
4.1.3 <i>O cenário concentrador do Setor de Serviços e a interação com a Indústria</i>	52
5 O DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DA EXCLUSÃO SOCIAL.....	55
5.1 O índice de Exclusão Social (IES)	56
5.1.1 <i>Passivo Educacional (Passeduc) e os avanços na Educação</i>	58
5.1.2 <i>Passivo Econômico (Passecon) e o agravamento da iniquidade</i>	61
5.1.3 <i>Passivo Ambiental (Passambi) e o aglomerado dos indicadores qualitativos</i>	64
5.2 Resultados para o Índice de Exclusão Social	67
6 CONCLUSÃO	69
REFÊRENCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Do vasto rol de temas tratados na Ciência Econômica, o desenvolvimento é sem dúvida um dos mais importantes, e ao mesmo tempo controversos, tema de interesse comum a várias nações. Durante anos as premissas que compõem a Teoria do Desenvolvimento Econômico têm norteado a implantação de políticas governamentais.

Embora, não se possa atrelar um marco histórico ao surgimento do desenvolvimento econômico, pode-se identificar o período em que tal questão tornou-se a norteadora das políticas de progresso socioeconômico dos países, notadamente aqueles ainda não desenvolvidos. Depois do grande colapso sofrido pelo modo de produção capitalista, intitulado pela alcunha da Crise de 1929, agravaram-se as disparidades de renda entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, de forma que as medidas que visam apenas à expansão do produto gerado, já não eram mais suficientes para qualificar os países como sendo ou não desenvolvidos. O Banco Mundial, em um de seus estudos sobre os condicionantes do desenvolvimento, no período posterior a Crise de 29, chegou à conclusão que a explicação do desenvolvimento econômico das nações extrapolava o cenário econômico, tornando-se este um fenômeno multidimensional.

No período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, os ideais pregados pela Teoria Keynesiana foram amplamente utilizados na tentativa de explicar os fenômenos econômicos, inclusive aos aspectos relacionados ao desenvolvimento diferenciado das nações. Contudo, a visão reducionista, assim como a questão da relação estudo-tempo da Teoria Keynesiana, pautada no curto prazo, tornou inviável o uso das premissas desta Escola de Pensamento, na tentativa de explicação do fenômeno do desenvolvimento.

Na tentativa de construir uma Teoria do Desenvolvimento Econômico, vários estudiosos foram buscar na Teoria Econômica os pressupostos capazes de auxiliar na difícil tarefa de elucidação de tal fenômeno socioeconômico. Para tanto, utilizou-se a já consolidada, metodologia quantitativa do crescimento econômico, atrelada a um diferencial qualitativo que abrangia outras áreas do conhecimento, tais como o social, humano, entre tantos outros, e não mais somente o econômico.

Com o surgimento de uma consolidada Teoria do Desenvolvimento Econômico, o problema se situou em torno de fortes discussões sobre a definição de desenvolvimento econômico que, por sua vez, são as principais responsáveis por tornarem enviesadas, grande parte das iniciativas que visam alcançar patamares desenvolvimentistas.

As definições de desenvolvimento, assim como os seus defensores, dividem-se em dois contingentes. O primeiro aborda o fenômeno de crescimento, como sendo sinônimo de desenvolvimento econômico, destacando-se neste cenário estudiosos como Solow, Domar e Kaldor. A segunda definição, não vai de encontro à primeira, de forma que, reconhece a importância do crescimento econômico, contudo, refere-se a este como uma das premissas necessárias para o alcance do desenvolvimento econômico, ressaltando por outro lado, a complementaridade concomitante da melhora nos padrões de vida da sociedade em geral. Pertencem a essa vertente autores como Lewis, Nurkse, Celso Furtado e Raul Prebisch.

Esta segunda abordagem desenvolvimentista tem emergido com maior respaldo, principalmente, pelo tratamento conferido por parte de órgãos e entidades de grande renome, tal como a Organização das Nações Unidas, que utiliza a metodologia atrelada à segunda definição em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O uso de modelos baseados na perfeita igualdade entre crescimento e desenvolvimento econômico, leva a impactos negativos na grande massa populacional, ou de outra forma, resultam em maiores prejuízos da parcela populacional mais carente. Um desses efeitos é a privação dos ativos socioeconômicos básicos, porém de relevante importância a sobrevivência humana, tais como acesso à educação, renda, saneamento e água potável. Esse contexto já é característico dos países de economias atrasadas. Notadamente, o próprio Brasil já se insere neste cenário, apresentando fortes índices de iniquidade. Contudo, é amplamente difundido que o “Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres” (BARRO; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000, p.123). Logo, caracteriza-se um crescimento econômico extremamente concentrador, que por sua vez dificulta a passagem para estágios mais avançados, compreendidos nos moldes desenvolvimentistas.

Dentro do cenário regional brasileiro, observa-se a predominância de uma assimetria, no que se refere aos desequilíbrios socioeconômicos, de forma que algumas regiões, mais precisamente o eixo Sudeste-Sul, apresentam elevados indicadores desenvolvimento econômico e humano. Por outro lado, as demais regiões (notadamente o Norte-Nordeste) sofrem com elevadas taxas de retrocesso, principalmente na expansão da parcela populacional que sobrevive com restrições (ou sem acesso) dos ativos sociais básicos supracitados.

Nos anos recentes, principalmente no que se refere à segunda metade da década de 2000 (2006-2010), observa-se um intenso ritmo de crescimento econômico no Estado do Ceará, inclusive, situando-lhe em patamares superiores aqueles apresentados até mesmo no

cenário econômico nacional. Tal estado de crescimento é, corriqueiramente, atrelado aos avanços no desenvolvimento econômico, que incluiria, portanto, significativas melhorias no padrão de vida do contingente populacional. Contudo, como menciona a Teoria do Desenvolvimento Econômico, a identidade entre ambos nem sempre é observada, visto que o bom desempenho econômico, obtido através do crescimento, constitui apenas uma premissa para se alcançar o efetivo desenvolvimento.

Baseado na problemática desenvolvimentista, o presente estudo tem por objetivo analisar o performance de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará no período 2000-2010, enfatizando as divergências no tocante a este fenômeno de inúmeras dimensões, para com aquele atrelado ao simples crescimento econômico. Para tanto, busca-se, inicialmente, caracterizar o cenário econômico cearense, no período supracitado. A partir dos resultados obtidos na análise econômica, proceder-se-á a averiguação qualitativa do panorama socioeconômico cearense, pautado, sobretudo, nos indicadores capazes de aferir o nível de mal-estar ou, por outro lado, de bem-estar social do contingente populacional. Concomitantemente, busca-se ainda, inserir, de forma comparativa, os resultados observados para o estado cearense, no contexto caracterizado tanto regional quanto nacionalmente.

O presente estudo apresenta-se consolidado em seis seções. Além desta parte introdutória, o presente trabalho, apresenta uma abordagem histórica em torno da Teoria do Desenvolvimento Econômico, assim como a discussão que caracteriza as diferentes definições que permeiam tal seara da ciência econômica. Posteriormente, tem-se a análise do desempenho econômico cearense, pautado sobre a estrutura setorial do estado. Sucedendo a análise do crescimento econômico, a seção seguinte, aborda o cenário de distribuição dos rendimentos provenientes das atividades econômicas. A quinta seção aborda o fenômeno da exclusão social, como forma de análise do processo de desenvolvimento estadual, pautado, sobretudo, na mensuração da população que não é beneficiada com as conquistas no cenário puramente econômico. Por fim, apresentam-se as principais conclusões, retiradas das análises, tanto econômica quanto social, realizadas nas seções anteriores, no tocante a performance do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, para o período estipulado do presente estudo.

2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 A dicotomia em torno da definição de Desenvolvimento Econômico

Como quase todos os temas muito controversos, o desenvolvimento econômico caracteriza-se pela ausência de uma conceituação universalmente aceita. Não há uma definição de desenvolvimento econômico, adotada de forma absoluta entre os estudiosos (SINGER, 1977). Este fato é, geralmente, atribuído ao tipo de formação dos indivíduos que se utilizam de tal termo em seus estudos e pesquisas, ou seja, nos cursos em que se remete ao estudo da Economia, sejam estes, para economistas ou não, deve inicialmente haver a distinção entre termos “crescimento” e “desenvolvimento econômico” (LEMOS, 2007), porém, tal premissa nem sempre é observada. Neste contexto, geralmente, são atribuídas pelos estudiosos, duas diferentes definições de desenvolvimento econômico. A primeira delas, abordada por inúmeros autores, trata o desenvolvimento apenas como um outro nome para o fenômeno do crescimento econômico. Este ponto de vista é claramente exposto por Meier e Baldwin (1968 *apud* SINGER, 1977, p. 21) quando afirmam que: “Há uma tendência de se usar os termos desenvolvimento econômico, crescimento econômico e transformação secular indistintamente. Embora seja possível traçar sutis distinções entres estes termos, em sua essência eles são sinônimos”.

Existem, por outro lado, inúmeros estudiosos do desenvolvimento, formando outra corrente, que reconhecem explicitamente a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. Para tanto:

Poderemos citar, neste sentido R. Baree; ‘a nosso ver o estudo do desenvolvimento econômico não se confundirá com o estudo dos crescimentos equilibrados numa economia capitalista evoluída’; F. Perroux: ‘A distinção entre crescimento e desenvolvimento parece agora aceita na literatura científica consagrada à dinâmica econômica, pelos autores de língua francesa. É intuitivo que o produto real global duma nação ou dum outro conjunto social possa crescer sem que esta nação ou este conjunto se desenvolva’ (BAREE, 1958; PERROUX, 1962 *apud* SINGER, 1977, p. 25).

Portanto, os autores supracitados caracterizam desenvolvimento econômico como uma seara da Ciência Econômica, superior e mais abrangente do que o conceito de crescimento, exposto pela primeira corrente. Essa segunda visão aborda o desenvolvimento econômico como resultado da expansão da riqueza de um país (Produto Nacional Bruto), contemplado, sobretudo, de uma elevação do bem-estar da população e mudança na infraestrutura econômica.

É enfático ressaltar, tal como expõe Lemos (2007), que a real observância do fenômeno do desenvolvimento econômico, está condicionada a expansão dos seus benefícios, uniformemente, ao aglomerado total dos agentes econômicos que compõem a sociedade.

2.2 O surgimento da problemática do Desenvolvimento Econômico

A noção de desenvolvimento econômico, como problema, desvinculado de qualquer teorização de ideias e premissas que norteiam a Ciência Econômica, enfatizou-se a partir das fortes oscilações econômicas do século XIX. Neste período, observam-se modificações no modo de produção, principalmente no âmbito tecnológico com o uso de máquinas automáticas, o invento do motor de combustão interna, descoberta de novas fontes de energias e entre outros fatores que possibilitaram um enorme salto quantitativo da produtividade dos países que empreenderam as mudanças advindas da chamada Segunda Revolução Industrial. Tais alterações levaram a um processo de concentração da renda e da riqueza em nível mundial, agravada com o surgimento de alguns poucos países industrializados (SOUZA, 1999), o que necessariamente levou a uma intensificação das disparidades e segmentações já existentes entre os países ricos e pobres, e até mesmo corroborando com um salto nos desníveis internos nas próprias nações tidas como industrializadas.

O colapso econômico sofrido pelo sistema capitalista já no século XX, caracterizado sob a alcunha da Crise de 1929, tornou evidente a incoerência do modelo de crescimento desregrado, e incompatível com a realidade populacional vigente, destacando dentre as principais causas, uma elevação exagerada da produtividade, não acompanhada por um reajuste nos salários, o que tornou inviável uma melhoria nas qualidades de vida do trabalhador. Muito pelo contrário, as consequências da superprodução recaíram, mais penosamente, sobre a massa salarial em forma de desemprego. Neste período a noção de desenvolvimento, torna-se evidente, ao passo que os impactos resultantes das crises econômicas são mais fortemente observados nas camadas mais pobres da sociedade que, por sua vez, mantém estreitos laços de dependência para com os países mais afortunados. Portanto, pode-se identificar uma ação em diversas escalas de intensidade das crises econômicas, expondo com nitidez aqueles que são mais penalizados. Souza (1999, p.17) elucida o raciocínio acima, afirmando que:

A Grande Depressão dos anos de 1930, decorrente da queda da Bolsa de Nova Iorque, colocou em evidência o grande drama social do desemprego. Tornou-se mais premente a ação do Estado na economia, realizando investimentos diretos e manipulando políticas anticíclicas, com finalidade de reduzir o desemprego e amenizar as repercussões sociais das flutuações econômicas. Constatou-se que as crises desenrolam-se com intensidades variáveis, segundo diferentes setores e regiões. Nos surtos, o produto cresce, beneficiando a todos; nas crises ele se contrai, prejudicando especialmente os assalariados e as pequenas empresas.

Ainda sobre o prisma da notoriedade, com relação à problemática desenvolvimentista nos anos de 1930, pode-se identificar o despontar da doutrina keynesiana, concretizada na Contabilidade Nacional, que se constituiu de mais uma ferramenta de estratificação dos países, hierarquizando-os economicamente, em grupos de nações de elevada renda *per capita* (países ricos) e aquelas de renda *per capita* diminuta (países pobres).

Os estudos realizados por entidades de renome internacional, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial, apontaram um predomínio no número de países considerados pobres, cerca de 2/3 da população, frente a uma desprezível observância de países ricos (1/3). Porém, o que mais agravava a situação era o fato da minoria (países ricos) produzir sozinha 5/6 do total produzido mundialmente.

Neste contexto, o estudo da miséria que assolava os países pobres tornou-se uma tarefa urgente e criteriosa a ser executada pelos principais órgãos de abrangência global, com notória relevância aos trabalhos de autoria das duas organizações já supracitadas. Contudo, as ações agora empreendidas, não mais pautavam-se, somente sobre a premissa econômica, mas, sobretudo, no combate a uma problemática de questões inter-relacionadas econômica, humanitária e politicamente (MEIER; BALDWIN, 1968). Os próprios componentes do Banco Mundial já não acreditavam que a questão da pobreza se revertesse, tão somente, com investimentos produtivos e de infraestrutura, uma vez que, tratava-se de um fenômeno com causas que extrapolavam o domínio puramente econômico. Furtado (1983, p. 90) corrobora com a premissa de complexidade do desenvolvimento econômico. Segundo este autor, tal complexidade:

Na verdade, [...] traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente.

Por conseguinte, as iniciativas que visassem uma tentativa de resolução requeriam-se, complementarmente, a adoção de medidas humanitárias em um sentido de combate as discrepâncias internacionais, sejam estas originadas de desníveis de renda,

nutricional ou tantos outros que corroborem com uma manutenção de segmentação entre as várias nações (SOUZA, 1999).

No período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, a macroeconomia keynesiana passou a ser amplamente utilizada na explicação dos fenômenos econômicos, resultantes da interação entre os mais diferentes agentes. Contudo, a aplicabilidade desta doutrina, visando uma tentativa de compreensão da linha lógica do processo de desenvolvimento econômico das nações, tornou-se inviável devido à incompatibilidade em relação ao *estudo-tempo*, uma vez que, a abordagem keynesiana pautava-se numa explanação de curto prazo, e a problemática do desenvolvimento econômico, por seu turno, em uma análise observada somente a partir do longo prazo. A partir das limitações da doutrina econômica até então em destaque (keynesiana), na tentativa de estudo da questão do desenvolvimento econômico, os economistas foram buscar na História Econômica as premissas para a formulação de uma Teoria do Desenvolvimento Econômico. Com tal posicionamento, o desenvolvimento econômico passa a ter seu embasamento funcional sob uma perspectiva histórica, levando a economia de um país, em determinado período de tempo (geralmente longo prazo), ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida da população (BRESSER-PEREIRA, 2006).

O surgimento de uma Teoria do Desenvolvimento Econômico passou a utilizar-se de conceitos mais amplamente qualitativos, sem abrir mão de indicadores quantitativos já consolidados na análise do crescimento. Contudo, as premissas de embasamento dos termos “desenvolvimento” e “crescimento econômico” passaram a se contrapor, em sentido explícito de conformação quanto à realidade observada, assim como os impactos ocasionados junto ao meio socioeconômico.

2.3 Desenvolvimento e Crescimento Econômico

Do aglomerado total das várias concepções teóricas agregadas pela Ciência Econômica, poucas apresentam tanta controvérsia entre os teóricos e estudiosos, como de fato se observa entre as definições e abordagens de *Desenvolvimento Econômico* e *Crescimento Econômico*.

O crescimento econômico guarda em seu cerne uma gama de efeitos, tendo esses mesmos, impactos relevantes, sobretudo, no aspecto puramente econômico. Categoricamente,

o termo supracitado, implica na elevação contínua do produto nacional (PNB), seja estes em termos globais ou *per capita* no decorrer de um longo período de tempo (PINHO; VASCONCELOS, 1998 *apud* KROETZ, 2010), ou seja, indica, de certa forma, apenas eficiência do sistema produtivo. Por seu turno, o Desenvolvimento Econômico deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social (SANDRONI, 2004).

Porém, como já mencionado anteriormente, existem duas grandes vertentes que utilizam definições, um tanto quanto conflitantes, entorno do desenvolvimento econômico. Embora alguns autores utilizem desenvolvimento como sinônimo de crescimento, alegando, em sua maioria, que “desenvolvimento econômico e crescimento econômico podem ter conotações diferentes, mas afinal são a mesma coisa quando são estudados de forma empírica ou histórica.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.06). Tal posicionamento não significa que estudiosos que seguem essa corrente de pensamento não conheça a existência de países desenvolvidos e outros subdesenvolvidos. Para esses estudiosos a diferença entre tais países é, simplesmente, que os primeiros crescem mais que os segundos, ou seja, a ausência de desenvolvimento é o que caracteriza o estado de subdesenvolvimento (SINGER, 1977). Outros tantos estudiosos não compartilham da mesma linha de raciocínio, apontando divergências entre os termos anteriormente assinalados. Sen (2000, p. 28-29), discorre brevemente sobre os conflitos acerca do pensamento de alcance do desenvolvimento, por via única do crescimento, dizendo:

[...] é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, ‘meramente útil em proveito de alguma outra coisa’. Pela mesma razão o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo.

A finalidade do desenvolvimento econômico vai além da mera expansão da renda, premissa norteadora das políticas de crescimento, apoia-se, sobretudo, na fixação adaptativa da realidade de uma nação específica (SACHS, 2008). Desta forma, as aspirações das ações desenvolvimentistas acompanham a própria história do progresso da humanidade, ou ainda a ausência deste, reformulando-se, a fim de subsidiar a capacidade de avanço nas mais diferentes esferas, que não somente, a econômica. Portanto, a noção de desenvolvimento econômico, diferente de crescimento, busca conciliar fins diversos (e muitas vezes conflitantes), entre o aumento da capacidade monetária e a melhoria do padrão de vida dos agentes da economia que, de acordo com Lemos (2007, p.27), seria aferido por indicadores, tais como:

Maior esperança de vida ao nascer; elevado padrão de educação; melhor acesso a serviços básicos de água potável e saneamento; baixas taxas de mortalidade infantil e de crianças menores de cinco anos; reduzidos percentuais de crianças com deficiência de peso e altura; segurança alimentar; liberdades políticas; igualdade de oportunidades para todos, independentemente do sexo, religião, raça, militância política, opção sexual, dentre outros direitos; segurança pessoal, que garantisse o direito de ir e vir; lazer adequado para todos.

Para Feijó (2007), a simples elevação do produto de um país, mesmo em termos *per capita*, não é suficiente para caracterizá-lo como desenvolvido. Isso ocorre porque, de acordo com o mesmo autor, países com elevado indicador de riqueza média podem apresentar, ao mesmo tempo, indicadores sociais ainda sofríveis. Exemplificando este raciocínio, pode-se observar o caso do Brasil, que possui indicadores considerados razoáveis em termos de riqueza, contudo com mazelas sociais que em alguns aspectos lembram as de países africanos. Isto é possível, segundo Feijó (2007, p.44) devido à “bruta desigualdade na distribuição de renda, de educação e de oportunidades [que imperam no país]”.

O aspecto qualitativo do desenvolvimento econômico tem sido amplamente abordado na tentativa de amenizar as discrepâncias socioeconômicas, observadas internamente, entre as diferentes regiões de um mesmo país ou, em âmbito globalizado, entre as diferentes nações. Tal fato ocorre, concomitantemente, sem poder negar a veracidade da proposição do crescimento econômico explicado como sendo um processo contínuo de progresso científico e à sua aplicação a técnica de produção, mediante a acumulação de capital. Contudo, segundo Singer (1977), o que se indaga é se o nível de abstração em que ela torna-se verdadeira é condizente com a compreensão do porquê do “progresso da civilização” não se verifica uniformemente em todos os locais habitados do globo, mas sim, concentra-se em alguns poucos países. Este questionamento é, precisamente, o problema a ser abordado pela teoria do desenvolvimento econômico.

Um dos primeiros grandes teóricos a estabelecer uma distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico foi o austríaco Joseph Alois Schumpeter, embora com pensamento divergente daqueles atualmente predominantes. Essa diferenciação é claramente percebida na sua mais celebre obra, intitulada *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, onde o autor explicita que “nem o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado aqui como um processo do desenvolvimento” (SCHUMPETER, 1997, p. 09-10). O pensamento schumpeteriano, também envereda por caminho crítico, divergindo da conotação imposta pela escola clássica, pensamento, até então, predominante.

Entenderemos como desenvolvimento, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma, seu desenvolvimento, é arrastado pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

A interpretação das palavras de Schumpeter remete a um desenvolvimento econômico de origem, não somente, da esfera econômica, mas, sobretudo resultante de processo de transformações condicionadas historicamente, baseada nas mais distintas dimensões que compõe a vida de uma sociedade. Portanto, o estudo do desenvolvimento como fenômeno socioeconômico, não se restringe as interações simplistas dos agentes econômicos, impostas por estudos da macro e microeconomia. Com isso, Schumpeter também afirma que a explicação, assim como as premissas de estudo do desenvolvimento econômico encontram-se em outros campos do saber, não somente na Ciência Econômica, mas, sobretudo, exogenamente, à própria economia, em todos os aspectos do cotidiano e searas do conhecimento que atuam, conjuntamente, com os fenômenos econômicos, tornando-os passíveis de mudanças e adaptações no decorrer do tempo.

O raciocínio de Garcia (1985, p.71) corrobora e elucidada, de forma ainda mais intensa, o pensamento de Schumpeter, ao afirmar que:

Desenvolvimento é o resultado de um processo global de transformações revolucionárias nas relações de produção e nas condições históricas de vida de uma sociedade em suas diversas e inter-relacionadas dimensões: econômicas, sociais e culturais.

O cotidiano de toda a população não é fundamentado, unicamente, sobre as inter-relações econômicas entre os indivíduos, mas é sim observado, como sendo resultado concatenado da gama de várias esferas que norteiam, historicamente, o desenvolvimento das nações. Logo, considerar apenas a dimensão econômica, tal como se faz no pensamento clássico, é desconsiderar a significância das mudanças promovidas pelas demais dimensões, notadamente, aqueles de cunho social e cultural, incorrendo desta forma, em um reducionismo que, posteriormente, tornar-se-ia um empecilho ao estudo e compreensão do desenvolvimento econômico. Portanto, o desenvolvimento econômico, tal como fenômeno, observado empiricamente, deve-se distanciar da simplória conotação dada ao crescimento, uma vez que

“este conceito pode derrapar no excessivo economicismo, cuja consequência é promover uma apartação da atividade econômica das relações sociais e políticas, tentando dar-lhe uma conotação falsamente 'neutra'” (LEMOS, 2007, 25).

A noção de maior aceitação, adotada atualmente para a compreensão do desenvolvimento econômico, pauta-se sobre o uso da não identidade entre este último e o crescimento econômico. Esta vertente busca estudar o processo de desequilíbrio socioeconômico entre os vários países, utilizando-se, para tanto, de uma importância relativamente menor, no processo de análise, às variáveis quantitativas, sobretudo aquela estipulada à riqueza produzida pelo país. Por outro lado, passa-se a atribuir maior visibilidade aos aspectos mais puramente qualitativos, os quais possuíam, anteriormente, posicionamento pouco significativo. Uma prova irrefutável destas afirmativas reside na própria metodologia adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), órgão global de grande autoridade no trato da questão do desenvolvimento. Esta mesma entidade explicita, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR), um nítido posicionamento de adoção dos conceitos de desenvolvimento e crescimento, diferenciando-os no tocante à aplicabilidade no cotidiano da população mundial, e no estudo dos fenômenos que subsidie a observância do desenvolvimento ou, por outro lado, do subdesenvolvimento.

A riqueza é importante para a vida humana. Contudo, centrar as atenções apenas neste indicador é incorreto por duas razões: Primeiro a acumulação de riqueza não é necessária para o preenchimento de algumas das escolhas do ser humano. Com efeito, os indivíduos e a sociedade fazem muitas escolhas que não precisam da riqueza para concretizá-las. Uma sociedade não precisa ser rica para estar habilitada a uma vida democrática. Uma família não precisa ser rica para respeitar os direitos de cada um dos seus membros. Uma nação não precisa ser rica para tratar os homens e as mulheres de forma equitativa. Tradições sociais e culturais, de grande valor, podem ser mantidas e - efetivamente o são - em todos os níveis de renda. A riqueza de uma cultura pode ser independente da riqueza material do seu povo. Segundo, as escolhas humanas se estendem além do bem-estar econômico. Os desejos humanos seguramente incorporam ter riqueza material. Porém eles precisam e querem também ter uma vida longa e saudável, beberem vigorosamente na fonte do saber, participarem livremente na vida da sua comunidade, respirarem um ar livre de poluição, e apreciarem o simples prazer de viverem num ambiente limpo, com paz em suas mentes, que decorre do fato de possuírem um local seguro para morar, e ter a segurança de ter trabalho estável, com remuneração dignificante (HDR, 1994, p. 15).

A divulgação desse posicionamento por parte da Organização das Nações Unidas também está diretamente relacionado ao uso do conceito de *Desenvolvimento Humano*, termo que passou a ser amplamente difundido por tal entidade a partir de 1990. A justificativa do uso desse conceito remete a uma valorização do ser humano, reservando a este uma maior notoriedade dentro das políticas de desenvolvimento. Esta visão busca retirar das

peças, a condição de “instrumentos de produção de lucro”, que atribui valor a vida humana, em aspecto tão somente econômico (HDR, 1995).

A abordagem do desenvolvimento humano é pautada sobre três premissas. São elas:

- Longevidade: é mensurada pela expectativa de vida ao nascer, ou seja, corresponde a estimativa do tempo médio que um indivíduo pode esperar viver, ao nascer em um certo país, sobre condições até então vigentes. “Em termos mais pragmáticos, seria a idade em que, na média, as pessoas morrem nos lugares onde escolheram para viver.” (LEMOS, 2007, p. 29). Essa estimativa do tempo de vida possui correlação com outros fatores, tais como saneamento, moradia, alimentação, dentre outros indicadores capazes de elevar a qualidade de vida, principalmente no que tange a uma melhoria nas condições adequadas de saúde. Tal fato conduziria conseqüentemente, a uma vida mais longa, por parte dos habitantes do país em questão.

- Educação: refere-se ao êxito em promover a formação de uma reserva dos recursos humanos, pautado no sistema de ensino. Possui a finalidade de suprir o mercado interno, em um período de longo prazo, de profissionais mais capacitados com possibilidade de alavancar o sistema produtivo nacional. Portanto, guarda grande correlação com o desempenho do crescimento econômico (por seu impacto quantitativo sobre o produto) (PNUD, 2003) e, por conseguinte, com o desenvolvimento econômico com impactos qualitativos, próprios de uma sociedade devidamente alfabetizada, somado a elevações do produto agregado.

- Nível de Renda: corresponde ao Produto Interno Bruto (PIB) em termos *per capita*, quando considerada a população de determinado país. Segundo o Banco Mundial (1991, p.57), “o crescimento da renda per capita é fundamental para melhorar indicadores sociais. Essa variável correlaciona-se com os níveis educacionais e liberdades políticas.” A renda *per capita* confere aos indivíduos a acessibilidade a outros ativos sociais. Contudo, esse indicador deve somente ser considerado junto a outros aspectos que reflitam melhorias sociais e econômicas (SOUZA, 2008, p.13).

Um outro motivo para uso da definição de desenvolvimento tal como se observa na corrente de pensamento representada, principalmente, pelos economistas marxistas e cepalinos, consta na aplicabilidade fim de cada termo em questão. Segundo Souza (1999), o estudo do crescimento econômico paira sobre uma metodologia, robustamente teórica. Contudo, segundo o mesmo autor, a análise do desenvolvimento econômico constitui-se de maior teor empírico, uma vez que tem atuação mais voltada para a real condição, observada

junto ao aglomerado total da população, possuindo assim, maior capacidade de inclusão das mudanças resultante de quaisquer esferas (política, econômica, social, cultural, entre outras).

As estratégias de desenvolvimento econômico não podem pautar-se, unicamente em aspectos tecnicistas de expansão de renda, uma vez que, evidências de relativo sucesso em promover crescimento econômico podem, ainda assim, não corresponder à realidade observada junta a sociedade, pelo menos àquela parcela sobre qual recaem as mazelas sociais do crescimento (FEIJÓ, 2007). Portanto, salienta-se, categoricamente, uma nítida distinção entre os termos Crescimento Econômico e Desenvolvimento Econômico. Contudo, não são raras as vezes em que se observa o emprego e tratamento dessas diferentes searas da Teoria Econômica, de forma equivalente ou intercambiável, não somente por leigos e menos instruídos, mas também, por teóricos, grande parte das mídias e até mesmo autoridades e políticos. Estes mesmos empregam de forma errônea, crescimento como sinônimo de desenvolvimento econômico (na maioria dos casos), e o contrário em casos diminutos. Uma possível explicação para esse comportamento reside na visão cada vez mais negativa atrelada ao conceito de crescimento econômico.

Toda essa dicotomia em torno do conceito de desenvolvimento econômico e crescimento econômico, não os deve caracterizá-los como conflitantes ou mutuamente excludentes. Uma vez que o último somente ocorre de forma efetiva, com observância do primeiro. Ou seja, crescimento está contido no desenvolvimento econômico, tornando-se premissa básica, mas não suficiente, para que se ocorra tal fato. Sachs (2001, p. 157-158) corrobora com o raciocínio acima ao enfatizar:

O fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento.

Logo, pode-se afirmar que o crescimento antecede e lança as bases para que, posteriormente, firme-se sobre o mesmo, juntamente das melhorias nas demais esferas (social, política, cultural, entre outras) o desenvolvimento econômico. Por isso, diz-se veemente que a identidade atribuída a esses dois conceitos não está balanceada, pois é de grande significância a inserção qualitativa dos avanços sociais, uma vez que este é o fim máximo do próprio crescimento econômico (UNESCO, 1999).

Para que se tenha uma política de desenvolvimento econômico implantada de forma coerente e eficaz, deve-se ter, *a priori*, concretizado o processo de consolidação do crescimento econômico, e que o mesmo seja capaz de perdurar em um prazo relevante de tempo. Segundo Oliveira (2002, p. 41), “mesmo com tanta controvérsia, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida.” Os incrementos do produto agregado devem contemplar as estratégias desenvolvimentistas, ou seja, a expansão da riqueza do país deve não somente se autofinanciar para manter os elevados índices de crescimento, mas, sobretudo, financiar as transformações nacionais de âmbito social. Contudo a transição do crescimento para o desenvolvimento não se dá de forma automática. A mesma deve ser guiada, orientada e planejada com componentes teóricos que mais se aproximem da realidade em que se encontra a sociedade, “alvo” das medidas implantadas. Para tanto, as políticas de desenvolvimento econômico estão relacionadas diretamente à atuação dos representantes do povo, ou seja, o governo (Fonseca, 2006). Este mesmo não deve fixar suas ações unicamente na iniciativa imediatista de promover a industrialização e o crescimento econômico, pois, caso isso ocorra, ofuscará a visualização daquilo que mais importa no processo de desenvolvimento econômico: a qualidade de vida da população.

3 ANÁLISE ESTRUTURAL DE DESEMPENHO DA ECONOMIA CEARENSE

Tal como mencionado anteriormente, o estudo do desenvolvimento econômico, embora aborde uma vertente mais qualitativa, divergente daquela observada na ocorrência do crescimento econômico, este último ainda caracteriza-se como sendo um pré-requisito essencial a observância do primeiro. Portanto, torna-se pertinente a análise da dinâmica do crescimento econômico cearense, no período contemplado por esse estudo, para que, posteriormente, possa-se considerar, de forma mais coerente, os impactos do mesmo sobre todo cenário socioeconômico do estado. A avaliação do desempenho da economia cearense subsidiará o exame das políticas e indicadores sociais que ser realizado posteriormente, sendo, a partir de então, possível um posicionamento no tocante a análise crítica do processo de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

3.1 Breve caracterização do Estado do Ceará

Localizado no Nordeste brasileiro, o Estado do Ceará limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com o Estado de Pernambuco, a Oeste com o Piauí e a Leste com o Rio Grande do Norte e Paraíba. Possui uma área de 148.016 km², incluindo a massa de água, distribuída por 184 municípios, representando 1,7% e 9,4% das áreas do Brasil e do Nordeste, respectivamente. Em termos de extensão, ocupa a 17ª posição dentre os estados brasileiros e a 4ª posição em relação aos estados do Nordeste (BEZERRA; BARBOSA, 2010). O estado possui ainda 86,8% de seu território inserido na zona semi-árida do Nordeste (IBGE, 2010a), que acaba por influenciar negativamente, em alguns períodos, na performance do setor agropecuário, como será mostrado mais adiante.

De 2000 a 2010, segundo os respectivos censos do IBGE (2000 e 2010) a população cearense passou de 7.431.597 habitantes para 8.452.381, um aumento de 13,74 %. Portanto, de acordo com dados de 2010, o Ceará representa 4,43% da população brasileira e, 15,92 % da nordestina, sendo o terceiro estado em número de habitantes da região Nordeste. Do montante total, 75,1% localiza-se em zona urbana, índice superior ao do Nordeste (73,1%), mas inferior ao do Brasil, fixado em 84,4% (IBGE, 2010).

O Estado do Ceará possui uma localização estratégica, no tocante a proximidade com os principais centros econômicos do globo, notadamente, América do Norte e Europa. Segundo a Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (ADECE, 2007), o tempo médio de viagem entre a capital cearense e os dois centros supracitados, por via aérea (avião), é de 6 horas e 30 minutos. Já considerando a menor rota marítima, observa-se um período estimado de viagem em torno de 4,6 dias entre Fortaleza e o Estado da Flórida nos Estados Unidos da América (o ponto da América do Norte mais próximo do Estado do Ceará), e 6,19 dias entre Fortaleza e Lisboa (ponto de menor distância entre o bloco europeu e o estado cearense).

Analisando-se o Produto Interno Bruto (PIB) cearense, monetariamente, observa-se um incremento da ordem de R\$ 55,48 bilhões entre os montantes de produtos, compreendidos no período 2000-2010. Tal expansão bruta do PIB representa uma evolução percentual de aproximadamente 248% para o referido período, ficando a economia cearense à frente da economia nacional, que, por seu turno, registrou um aumento de 220% no produto agregado no mesmo espaço de tempo.

Com a economia cearense crescendo a ritmo superior àquele observado para o caso brasileiro em seu agregado total, o PIB do Estado do Ceará eleva-se em termos de participação no PIB nacional. Em 2000, o produto cearense representava 1,92% da produção brasileira (Tabela 1), contudo no ano de 2010, já se observava uma evolução para uma participação de 2,07%, seguindo a mesma tendência de elevação da representatividade do produto para o agregado da Região Nordeste. É importante notar que entre os anos de 2000-2010, a participação do PIB cearense no total de riqueza produzida nacionalmente, retroagiu, de forma mais significativa, no ano de 2007, observando-se neste período uma taxa de 1,89%, ante 1,95 em 2006. Contudo a redução participativa no ano de 2007, não se consolida em um cenário negativo, visto que, a economia cearense rapidamente se recupera, alcançando em 2008 um percentual de 1,98%. Nos anos que se seguem, observam-se melhoras ainda mais expressivas, contabilizando participações de 2,03% e 2,07%, para 2009 e 2010, respectivamente.

Tabela 1 – Indicadores econômicos – Ceará e Brasil– 2000-2010

ANO	Brasil		Ceará		Part. % CE/BR
	PIB pm (R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	PIB pm (R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	
2000	1179480	4,31	22380	4,48	1,92
2001	1302130	1,31	24700	1,47	1,88
2002	1477822	2,66	28896	4,88	1,96
2003	1699948	1,15	32565	1,47	1,92
2004	1941498	5,71	36866	5,15	1,90
2005	2147239	3,16	40935	2,81	1,91
2006	2369484	3,96	46303	8,02	1,95
2007	2661345	6,09	50331	3,34	1,89
2008	3032203	5,17	60098	8,49	1,98
2009	3239404	-0,33	65704	0,04	2,03
2010	3770085	7,53	77865	7,96	2,07

Fonte: IPECE e IBECE (2010).

3.2 O Estudo do Desempenho sob a Ótica dos Três Setores

O estudo da performance econômica, seja este de um bloco de países, de um único país, estado ou município, apresenta grande complexidade quando procedido de forma agregada. Portanto, como método para viabilizar o processo de análise de um eventual progresso econômico, corriqueiramente, opta-se por uma desagregação da estrutura econômica vigente, em três setores ou atividades econômicas. Segundo Sandroni (1999), Colin Clark (1905 – 1989) foi o primeiro a classificar as atividades econômicas em três setores, os quais se inter-relacionam no sentido de minimizar a complexidade do estudo das atividades econômicas produtivas.

O primeiro setor corresponde ao ramo de atividades relacionadas à agropecuária e extração (mineral e vegetal). Tal setor trata-se do mais antigo agrupamento de atividades produtivas experimentadas pela humanidade. Caracteriza-se por ser o setor norteador das economias subdesenvolvidas, com uso intensivo em mão de obra e rigidez da oferta (a oferta torna-se dependente de condições climáticas, o que a torna menos elástica). O estudo realizado por Prebisch (1964), apontou para uma deterioração dos termos de trocas entre as commodities e produtos industrializados, evidenciando-se uma nítida desvantagem comparativa dos países subdesenvolvidos, que comercializam ativamente os primeiros produtos, e os países desenvolvidos que exportam bens que comportam características típicas da manufatura.

O segundo setor é característico da produção fabril de bens, reportando-se, portanto, as atividades exercidas pelo conjunto da indústria. Trata-se de um setor que abrange atividades de maior complexidade, além de possuir uma maior divisão do trabalho realizado, quando comparado com as características de atuação do primeiro setor. A indústria possui grande dinamicidade, tanto no seu desempenho econômico quanto na sua capacidade de gerar inovações. Isso tem por base as premissas peculiares do setor, tal como, a possibilidade de robotização de parte considerável da produção, que, por sua vez, torna viável a produção de escala, conferindo maior poder de competitividade às empresas do setor. Ainda se pode citar a rápida força com que os bens industrializados agregam valor frente aos considerados primários, como já mencionado anteriormente. Portanto, neste cenário, a indústria é mais fortemente articulada nos países já considerados desenvolvidos (industrializados), apresentado uma atuação menos acentuada em países ainda subdesenvolvidos (SANDRONI, 1999).

O setor de serviços (ou terceiro setor) trata da prestação de serviços em geral entre os diferentes agentes econômicos. Corresponde a comercialização de um bem imaterial (não-físico). É o setor de maior variabilidade (ou ramos) de atuação dentre todos os setores de uma economia. Isto é devido ao fato de um único e novo bem produzido pela indústria, por exemplo, permitir a criação de vários mercados, prestadores dos mais diversos serviços, além daqueles que atuam diretamente sobre a sociedade, sem o intermédio de bens concretos. Este é o caso da prestação de serviços ligados à saúde, educação, segurança, dentre outros, que, por sua vez, já são considerados atividades consolidadas e tradicionais.

Segundo Vasconcellos (2006), os setores econômicos sinalizam o estágio de desenvolvimento dos países. As nações consideradas subdesenvolvidas utilizam-se veemente da comercialização dos bens primários (por isso corriqueiramente são mencionados como países de economias primárias). Em alguns casos, pode-se observar certa articulação da prestação de serviços e, uma indústria ainda incipiente. Contudo, segundo Bastos, Perobelli e Souza (2008, p. 3), “os países em desenvolvimento podem apresentar um setor de serviços inchado em função de elementos estruturais, com preponderância de atividades pouco produtivas e que muitas vezes se tornam um refúgio para a mão-de-obra (sic) de baixa qualificação.” Já os países considerados desenvolvidos, possuem bem articulados, os setores secundário e terciário, com acentuada importância ao setor de serviços. O motivo para que tal setor tenha crescido tão amplamente nestes últimos países, deve-se, sobretudo, a tendência crescente da robotização da produção na indústria, que até então era o setor de mais notória atuação. O processo supracitado visa, inicialmente, a expansão da produtividade através da

mecanização das etapas produtivas, buscando eficiência e rapidez, concomitantemente a uma necessidade de reduzir os custos de produção. Contudo a robotização do processo produtivo leva a uma redução da quantidade de trabalho necessário, o que conseqüentemente, “provoca uma redução relativa na necessidade de se ter trabalhadores, possibilitando a formação de um excedente de pessoas prontas para o trabalho” (Barreto, 2003, p.25), ou seja, caracteriza-se um cenário, onde vigora uma espécie de *trade off* entre a máquina e o próprio operário. Este último, no entanto, sem possuir os meios de produção, tais quais utilizados na indústria, migra com sua mão de obra para o setor de serviços, uma vez que este é mais amplo e flexível, além de absorver boa parte da força de trabalho menos qualificada (MELLO *et al*, 1998).

Para Vasconcellos (2006), o crescimento econômico inicia-se na passagem do período de predominância do setor primário para o secundário.

O Brasil, inserido atualmente no cenário dos países emergentes, possui uma economia com características que corroboram com o que já foi anteriormente mencionado, ou seja, possui em seu produto agregado forte participação do setor de serviços, sendo este o componente principal do PIB brasileiro. Os dados do IBGE (2013) apontam que entre o período de 2000 e 2010, o setor terciário foi responsável em média por 66,0% do total do produto adicionado bruto anualmente, ao passo que a indústria e a agropecuária denotaram, neste período, participações percentuais da ordem de 28,0% e 6,0%, respectivamente. Observa-se ainda, particularmente no caso brasileiro, um processo de industrialização tardio (GIAMBIAGI; PORTO, 2011), que tem sido um dos grandes responsáveis pela fragilidade da indústria local, principalmente, no tocante aos choques exógenos, advindos da economia mundial. Tais fenômenos, quando observados, acabam por reduzir a performance econômica em escala geral, contudo, os reflexos negativos sobre o segundo setor são mais fortemente observados, fazendo com que as demais atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas a prestação de serviços (de certa forma mais flexível) expandam a participação na geração do produto, tal como já ocorrera em período de crise econômica.

3.3 A Dinâmica da Estrutura Econômica Cearense

A economia do Estado do Ceará tem experimentado, no decorrer dos últimos anos, principalmente no que se refere à segunda metade da década dos anos 2000, uma expansão da dinâmica estrutural, quando observado sob a ótica desagregada dos três setores. Tal fenômeno foi intensificado pela maturação das políticas de incentivos adotadas, como

ocorreu com o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), implantado em 1979, que por sua vez visava à atração de indústrias para o Estado, fazendo-se valer de incentivos concedidos a estas mesmas por um período de tempo previamente estabelecido (CARVALHO; OLIVEIRA, 2003).

No que se refere à caracterização da estrutura econômico-setorial cearense, entre os anos de 2000 e 2010, pode-se observar em uma primeira análise, um cenário, categoricamente, considerado como atípico. Quando comparado tanto ao caso brasileiro quanto ao caso nordestino, a economia cearense tende a apresentar uma mais acentuada redução da participação das atividades ligadas à agropecuária, na formação do produto estadual (IBGE, 2010d).

É pertinente frisar, tal como menciona Leite (1983), que as diferentes taxas de crescimentos entre os setores possibilitaram a expansão da economia cearense no período, inclusive a patamares superiores até mesmo à média nacional. Para uma melhor compreensão do fato a pouco mencionado, proceder-se-á uma exploração dada de forma desagregada, da estrutura econômica cearense para o período de 2000-2010.

Essa análise será norteadada pela variável econômica conhecida como Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos. Tal fato faz-se pertinente por dois motivos. Primeiro, tal como menciona Viana *et al* (2011), não existe publicação dos PIB's setoriais para a abrangência estadual, adotando-se o VAB como “*proxy*” para inferir o desempenho dos setores da estrutura econômica cearense. Segundo, a análise do Valor Adicionado Bruto a preços básicos tende a uma abordagem com maior fidelidade e melhor capacidade de explicação da real performance das atividades econômicas, uma vez que desconsidera a incidência dos impostos no agregado do produto, ou seja, o uso do VAB impede que o resultado seja influenciado pela carga de impostos (IPECE, 2012).

3.3.1 Agropecuária Cearense e a dependência do cenário climatológico

Na primeira década do século XXI, o Estado do Ceará enfrentou fortes oscilações no desempenho econômico do seu setor primário. Com grande parte da área estadual pertencente ao semi-árido nordestino, a agropecuária cearense possui forte dependência com relação às boas condições naturais, de forma que, em anos de anomalias climáticas, tal como se observa em períodos de seca, a tendência é uma redução da performance do setor primário, comparado aos anos tidos como climatologicamente normais (SULIANO; MAGALHÃES;

SOARES, 2009). Ainda se pode mencionar como um dos causadores das baixas na atuação do setor supracitado, a ocorrência de choques exógenos da economia mundial, que acaba por retrain a demanda, fazendo-se que seja ineficaz o comércio exterior.

Para corroborar com o argumento apresentado, podem-se observar os valores da variação do produto adicionado da agropecuária cearense, contidos na Tabela 2. Com base nos dados apresentados, é notória a forte instabilidade da atividade do setor do primário, principalmente em relação à segunda metade da década em análise, onde constam tanto as maiores (35,3%, em 2006) quanto às menores (-22,0%, em 2009) taxas de variação. Ainda é interessante notar, que a média de variação do valor adicionado da agropecuária nos anos de estudo é menor para a economia do Estado do Ceará (2,1%), do que aquela observada tanto em âmbito regional (4,7%) quanto nacional (3,7%). Contudo, esse cenário tem evoluído em uma tendência decrescente da participação do setor na formação do produto cearense, o que necessariamente, também reduz a contribuição da agropecuária do estado no produto nordestino e brasileiro.

Segundo Amaral Filho (2009), na década de 80 a participação do setor agropecuário na formação do produto cearense era de 35%. Contudo, para o ano de 2000, observa-se uma queda no percentual participativo medido pelo valor adicionado bruto a preços básicos, agora, fixado em 11,6 %. Tal tendência decrescente manteve-se durante a primeira década do século XXI, demonstrando-se em patamar de 4,2%, para o ano de 2010. De acordo com o mesmo autor, essa diminuição na relevância participativa do setor na formação do produto cearense, deve-se, além das condições climáticas, ao colapso econômico do sistema gado-algodão-cultura de subsistência, observado em meado dos anos 80 (AMARAL FILHO, 2009). Outra consequência que tem corroborado com este fenômeno está relacionada, a uma maior importância dos demais setores, sobretudo no que se refere ao setor de serviços.

Tabela 2 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos da Agropecuária para Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos - 2000-2010 (%)

PERÍODO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
2000	1,4	11,2	2,7
2001	-13,3	-0,8	6,1
2002	23,9	6,8	6,6
2003	6,6	3,7	5,8
2004	-10,6	12,9	2,3
2005	0,5	8,9	0,3
2006	35,3	7,4	4,8
2007	-16,3	1,6	4,8
2008	25,5	8,4	6,3
2009	-22,0	-7,2	-3,1
2010	-8,4	-1,3	6,3
2000-2010	22,6	51,6	42,9
Média	2,1	4,7	3,9

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais (2010d).

O ano de 2006 foi o ano de ouro do setor agropecuário cearense, apresentando uma variação positiva de 35,3%. Tal comportamento do setor foi proporcionado pelo recorde na produção de grãos, constituindo-se na maior safra desde 1949. Este incremento na base agrícola da cadeia produtiva de grãos foi gerado, sobretudo, pelo aumento de 12,9% na safra de arroz, 91,3 % na safra de feijão, e 169,9% de aumento na safra de milho, que passou de 282 mil toneladas, obtida em 2005, para 760 mil toneladas, em 2006 (IPECE, 2007). Segundo Magalhães e Soares (2008), este aumento foi motivado por melhores preços e maior utilização de sementes híbridas, com destaque para o milho, que representa 66,4% da produção total de grãos do Estado do Ceará. Entre os principais fatores que contribuíram para a obtenção desta safra recorde de 2006, está à boa distribuição espacial e temporal das chuvas, com regularidade e sem grandes intensidades entre os meses de março e maio, aliada às boas condições climáticas. Contribuíram também com esta safra, a distribuição de sementes de algodão, feijão e milho, com destaque para o milho híbrido, por meio do Programa Hora de Plantar, o qual alcança cerca de 30% dos agricultores do Estado.

O panorama benéfico de 2006 sofre rapidamente uma reversão, apresentando, já no ano seguinte, um decréscimo da ordem de 16,3%. Isso foi devido à distribuição irregular das chuvas em 2007, com maior concentração nos meses de fevereiro e abril e baixos volumes de precipitação em janeiro, março e maio, caracterizando-se valores próximos de uma situação de seca (FUNCEME, 2008). O resultado foi uma “perda acentuada da produção e,

no cômputo geral, grande redução na safra em relação a 2006, visto que a agricultura de sequeiro é predominante na produção agrícola do Estado” (IPECE, 2008). Essa situação climática desfavorável levou a uma redução na safra de grãos em torno de 50,0%, sendo esta baixa, puxada pela redução de 53,0% na produção de milho, que por sua vez, representa 62,1% da produção de grãos do Estado (IBGE, 2013). Em números absolutos a safra de grãos em 2007 foi de 575.302 toneladas, registrada em ano subsequente à safra recorde de aproximadamente 1.149 mil toneladas, o que torna ainda mais notória a percepção de perda da safra do ano supracitado.

No segmento da pecuária, destacou-se no ano de 2007, um aumento do rebanho cearense em 86,07% em comparação ao ano de 2006. Deste percentual, grande maioria (45,24%) refere-se à expansão na bubalinocultura (criação de búfalo), que ainda tem tímida repercussão na pecuária brasileira. Embora tenha registrado elevação expressiva, o rebanho cearense de búfalos, ainda pode ser classificado com incipiente, uma vez que representa apenas o vigésimo no ranking brasileiro, sendo este liderado pelo Estado do Pará.

O ano de 2008 será lembrado como o ano em que a economia mundial sofreu uma de suas maiores crises. Puxadas pelos Estados Unidos, as economias mundiais derrocaram em efeito dominó, afetando todos os setores econômicos (IPECE, 2009). Contudo, a agropecuária cearense apenas sentiu os efeitos da crise econômica no último trimestre de 2008 (IPECE, 2009), por isso, ainda apresentou forte crescimento do setor (25,5%), sendo este o resultado positivo acumulado dos três primeiros trimestres. O crescimento do setor agropecuário cearense em 2008, embora que parcialmente afetado pela crise econômica internacional, foi estimulado por um bem distribuído regime da quadra chuvosa, no tempo e no espaço (FUNCEME, 2008). Isso aliado a ocorrência de uma pressão inflacionária em razão do aquecimento da demanda por alimentos no primeiro semestre, “o qual resultou em maiores incentivos no Plano Agrícola e Pecuário de 2008/2009, anunciado em meados de 2008, visando aumentar a produção de alimentos no País” (IPECE, 2009, p.3). O resultado desse cenário apresentou-se, majoritariamente favorável a atividade agrícola cearense, sendo esta uma nítida recuperação com relação ao ano precedente. A produção total de grãos alcançou em 2008 o volume de 1,13 milhão de toneladas, 96,6% superior ao ano anterior e apenas 1,0% inferior à produção recorde de grãos obtida em 2006.

A volatilidade do setor é ratificada tanto pelas condições climáticas anômalas, quanto pelos choques da crise economia mundial instaurada em meados de 2008 e, mais fortemente sentida no ano de 2009. Diferentemente do cenário natural que se apresentou no

ano precedente, as elevadas precipitações, que impactaram em chuvas excessivas, influenciaram negativamente o desempenho do agronegócio do Estado, a ponto de prejudicar a safra (principalmente no tocante a produção de grãos), além de trazer calamidades sociais para várias regiões do Estado (IPECE, 2011). Isso, aliado a uma conjuntura econômica internacional ainda desfavorável, em virtude do período de crise observado no quadro econômico mundial. Todas essas adversidades, que caracterizaram o ano de 2009, acarretaram em grande baixa no setor primário cearense (-22,0%), que veio a fixar-se como pior índice para o período 2000-2010.

3.3.2 A Indústria Cearense em um cenário de choques econômicos

A política industrial de desenvolvimento local (ou regional) do Estado do Ceará teve seu auge no período de abertura da economia brasileira, em meados da década de 90. O grande pilar desta política paira sobre o chamado Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), cuja finalidade pautava-se na atração de investimentos industriais em benefício da economia estadual, tendo como meta um salto na geração de emprego e renda. O regime de benefício fiscal, promovido pelo FDI, funciona sobre alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), comportando, tal tributo estadual, alíquotas distintas para as diferentes regiões e empresas incentivadas. Isso aliado a uma oferta de infraestrutura física que atenda às necessidades das indústrias, tais como “construção de estradas, portos, aeroportos, serviços de água e esgoto, facilidades de comunicação, chegando à oferta de distritos industriais com toda a infraestrutura necessária para a implantação de indústrias” (PONTES; VIANNA, 2005, p. 5).

Segundo Lopes (2010), a política de atração de investimentos apresentou mudanças significativas na dinâmica econômica estadual, já a partir dos anos 90. Observa-se nesta década que a indústria passou a se constituir no norteador da economia cearense, identificando áreas de concentração de investimentos e incentivos. (FONTENELE; MELO, 2004). De acordo com os dados do IPECE (2002 *apud* FONTENELE; MELO, 2004), a participação média da indústria na composição do PIB cearense foi de 32,95% entre os anos de 1991 e 2000.

Para a análise da atuação da indústria cearense no período de 2000-2010, sob a ótica do valor adicionado bruto, ou seja, desconsiderando-se os impostos na formação do Produto Interno Bruto, observa-se uma participação média da indústria, entorno de 23,55%.

As variações registradas, no tocante a participação do setor secundário na economia cearense, não se apresentaram de forma significativa, oscilando de 21,8% (mínimo da série registrado em 2003) até 25,1% (índice de maior participação, registrado em 2004) (IBGE, 2013).

Após o colapso do setor agropecuário tradicional, como foi mencionado anteriormente, a indústria de transformação vem se firmando como o núcleo central do crescimento econômico das atividades da indústria estadual, juntamente com o setor serviços (AMARAL FILHO, 2009). Entre os anos de 2000-2010, o subsetor constituiu-se na maioria do valor adicionado gerado pela indústria, apresentando uma participação média de 12,9%, que por sua vez, corresponde a mais da metade da média do setor para o mesmo período.

Tabela 3 - Participação da Indústria no valor adicionado bruto a preços básicos para o Estado do Ceará, 2000-2010 – (%)

ATIVIDADES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Indústria	24,2	22,6	22,7	21,8	25,1	23,1	23,5	23,6	23,6	24,5	23,7	23,5
Indústria extrativa	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,8	0,6	0,6	0,4	0,4	0,6
Indústria de transformação	14,5	13,5	13,4	13,0	13,9	12,4	12,4	12,2	12,3	12,9	11,4	12,9
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	3,1	2,7	3,1	4,1	5,6	5,4	5,6	5,3	5,5	5,8	6,2	4,8
Construção Civil	6,0	5,7	5,5	4,0	5,0	4,6	4,8	5,5	5,2	5,4	5,7	5,2

Fonte: IBGE (2013).

O percentual participativo da indústria cearense na formação do valor adicionado bruto da Região Nordeste pode ser visualizado na TABELA 4. Durante o período de estudo, notam-se tímidas variações da indústria regional na composição geral do valor adicionado bruto da indústria brasileira, contudo sempre em uma tendência expansiva, exceto 2004 quando apresentou uma redução de 0,4%. No que se refere ao restante do período, a surpresa no desempenho da indústria cearense fica por parte dos dois últimos anos da década, visto que a tendência de desaceleração da economia mundial, causada pela crise econômica, não provoca grandes baixas na atividade industrial cearense e nordestina.

Tabela 4 - Participação da Região Nordeste e do Estado do Ceará no valor adicionado bruto da Indústria brasileiro a preços básicos - 2000-2010 - (%)

ANO	NORDESTE	CEARÁ
2000	11,0	1,7
2001	11,2	1,6
2002	12,0	1,7
2003	11,6	1,5
2004	11,2	1,6
2005	11,8	1,5
2006	11,7	1,6
2007	11,6	1,6
2008	11,6	1,7
2009	12,2	1,9
2010	12,0	1,8
MÉDIA	11,6	1,7

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais (2010d).

Na primeira metade da década em análise, observam-se maiores desequilíbrios em relação às taxas de desempenho da indústria cearense (Tabela 5), de forma que, pode-se visualizar facilmente, o cenário de instabilidade na performance do setor secundário local. Entre os anos de 2000 e 2005, a indústria estadual registrou fortes oscilações no tocante a taxa de crescimento, com relação ao ano precedente, uma vez que cada ano de expansão das atividades do setor foi sucedido de decréscimos em períodos, imediatamente, subsequentes.

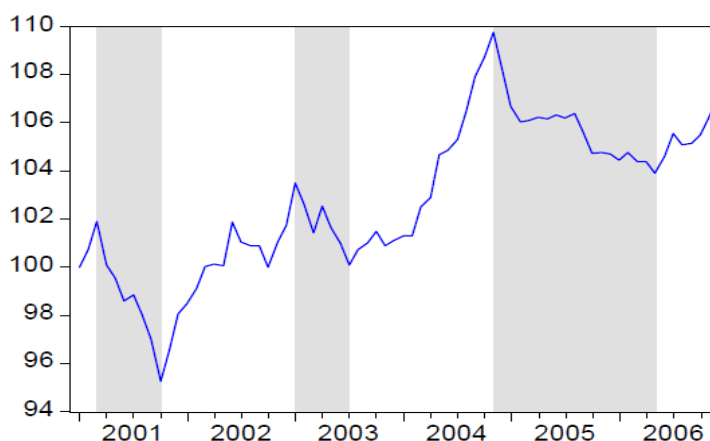
Tabela 5 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos da Indústria para Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010 (%)

PERÍODO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
2000	6,1	2,7	4,8
2001	-5,7	-2,1	-0,6
2002	2,4	1,5	2,1
2003	-0,2	3,2	1,3
2004	11,9	8,8	7,9
2005	-1,2	2,4	2,1
2006	5,2	3,3	2,2
2007	4,2	5,2	5,3
2008	5,7	4,2	4,1
2009	-0,4	0,2	-5,6
2010	11,8	11,3	10,4
2000-2010	39,8	40,7	34,0
Média	3,6	3,7	3,1

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais (2010d).

A maior baixa, ou pior atuação, das atividades ligadas à indústria no Estado do Ceará no período 2000-2010, ocorreu no ano de 2001. Neste período registrou-se um decréscimo do valor adicionado bruto do setor em 5,7% em relação ao ano de 2000, que por sua vez, totalizou um crescimento de 6,1% (Tabela 5). Segundo o estudo de Wichmann e Pontes (2007) sobre os ciclos econômicos de flutuação da indústria cearense entre os anos de 2001 e 2006, a fase de recessão enfrentada pelo setor no ano de 2001, apresentou-se como a de maior intensidade para o referido período, inclusive apresentando pontos de inflexão nos meses de março e outubro (vide Gráfico 1).

Gráfico1: Períodos Recessivos da Indústria Cearense – 2001-2006



Fonte: Wichmann e Pontes, 2007.

O retrocesso da atividade fabril neste período é atribuído a uma combinação de choques tanto interno quanto externamente. Destacam-se no cenário internacional as incertezas geradas pela crise da Argentina (segundo no ranking de destino das exportações cearense, no referido ano), e ainda, os atentados terroristas nos Estados Unidos da América (maior destino das exportações cearense em 2001), em 11 de setembro.

Internamente, a indústria cearense ainda se deparou com a crise energética brasileira, que impôs uma redução de consumo (acionamento) da energia elétrica, “motivado, basicamente, pela redução acentuada dos níveis dos reservatórios das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, regiões de concentração de consumo de energia” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001). O plano de ação de curto prazo no combate a crise energética teve início em junho de 2001, pautando-se, sobretudo, na fixação do corte de 20% em relação ao consumo médio do período maio-julho de 2000, para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, e de 15% para a Região Norte. Segundo Boletim do Banco Central

(2001), as metas de racionamento foram fixadas de acordo com as condições hidrológicas das regiões e o tipo de consumidor. O resultado dessas medidas foi uma redução do consumo de energia elétrica da indústria nacional em 6,7% (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2001). As baixas no setor fabril não atingiram patamares mais elevados, devido os indicadores industriais captarem com maior intensidade os efeitos do choque da crise energética, apenas no terceiro semestre de 2001 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001).

No período subsequente, a indústria cearense apresentou um tímido resultado progressivo na produção fabril de 0,9%, o que rendeu uma expansão do valor adicionado bruto a preços básicos de 2,4% sobre o cenário de 2001. A evolução no quadro do setor secundário é devido a uma boa atuação da indústria de transformação que registrou um crescimento da produção de 11,1% em relação ao ano anterior, sendo este resultado sustentado, principalmente pelo segmento de Produtos Químicos, que apresentou um incremento considerável da produção de 95,09%, e ainda no Refino de Petróleo e Álcool (71,35%), Máquinas, aparelhos e materiais (46,57%), Metalurgia básica (40,9%) e Calçados e artigos de couro (38,31%). A indústria de transformação do Nordeste se beneficiou, no final de 2001, de uma redução da taxa de racionalização de energia elétrica para o patamar de 17%, sendo esta anteriormente fixada em 20% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001). Tal incentivo permitiu que a indústria dispusesse em 2002, de maior quantidade de matéria-prima energética que o ano precedente, o que implicou em uma expansão, não somente do volume produzido, mas também das expectativas do mercado.

Contudo, no ano de 2003, as incertezas geradas pelo processo de transição política levaram a uma caracterização de cenário desfavorável, que iniciou no final de 2002 e se estendeu durante o primeiro semestre de 2003, com elevação do risco-país e redução da disponibilidade de recursos externos (Banco Central, 2003), concretizada com um movimento de fuga de capitais, inclusive de investidores nacionais (GOVERNO..., 2002). Ao término do primeiro semestre, dissipam-se as incertezas no tocante a transição política do governo brasileiro. A economia nacional inicia a recuperação do nível de atividade. Porém, a fraca disponibilidade de recursos durante parte considerável do ano, impediu uma atuação mais significativa da indústria, que fechou o período estabilizando a produção com relação ao ano anterior (0,04%). Já a indústria cearense, enfrentou uma redução mais austera do setor, fixada em -1,3%. Segundo dados do IBGE (2013), o desempenho negativo foi decorrente dos resultados das indústrias Têxtil, Minerais não metálicos e Produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos) com taxas de: -3,85%, -5,53% e -0,45%, respectivamente.

Com o retorno da estabilidade monetária no cenário brasileiro, retraindo a fuga de capitais, a indústria tem no ano em 2004, uma nova perspectiva de retomada do crescimento. É durante esse período que se observa o resultado mais expressivo da indústria cearense, compreendido entre os anos de estudo (2000-2010). No ano supracitado, coincidem as variações do valor adicionado bruto e do volume da produção física, ambas em um sentido crescente de 11,9% (IBGE, 2004), o que significa que o setor fabril no ano de 2004, comparado ao período antecedente, agregou valor ao produto setorial, na mesma proporção do incremento da produção física industrial. A variação estadual deste último indicador foi a segunda maior entre todas as Unidades da Federação, sendo superada apenas pelo Amazonas. Contudo, apresenta-se como o mais elevado, quando comparado aos cenários agregados nordestino e brasileiro, não somente para o ano de 2004, mas para todas as variações do setor secundário, observadas no período 2000-2010.

Nos anos de 2009 e 2010, observam-se dois cenários bem distintos. Os efeitos da crise econômica de 2008 são mais fortemente sentidos no ano de 2009, estabelecendo-se um cenário mais instável para economia internacional. Este fato acabou com a série de três anos seguidos de performances positivas do setor secundário, vindo a estabelecer-se para a indústria cearense, ano de 2009, uma tênue retração de 0,4%, quando comparado ao ano de 2008. Já no ano de 2010, um maior aquecimento do mercado nacional estimulou a economia brasileira, e mesmo ainda, com a economia internacional retraída, observa-se neste ano elevadas taxas de crescimento do setor secundário. A indústria cearense apresentou uma expansão do valor adicionado em 11,8% que, por sua vez, foi corroborado pelos desempenhos da Região Nordeste (11,3%), assim como para o caso agregado brasileiro (10,4%).

Contudo, do ponto de vista participativo, o biênio de 2009-2010 pode ser eleito como melhor período da indústria da Região Nordeste, para toda a década em análise, representando um percentual participativo de 12,2% e 12% da produção industrial brasileira, respectivamente. Nesse cenário de expansão da indústria nordestina, atividade industrial cearense confirma a tendência observada em âmbito regional. O Estado do Ceará ampliou, no mesmo período, a sua contribuição na formação do valor adicionado bruto da indústria. Do total representado pela atividade do setor secundário brasileiro em 2009, 15,5% era originária da região Nordeste, deste percentual 2,4% era a cota-parte da indústria cearense. Já em 2010, há uma ampliação da atividade industrial, apoiada em um aquecimento do mercado interno, o que levou a uma expansão da participação regional do Nordeste no produto da indústria, da ordem de 15,9%. A indústria cearense novamente seguiu a tendência observada na região. Do

total da participação nordestina (15,9%), o Estado do Ceará é responsável por 2,8%. A produção industrial cearense fecha o período de 2000-2010, consolidando, veemente, a posição de terceira indústria mais importante do nordeste (*status* esse mantido em todos os anos do período observado), sendo superado apenas por Pernambuco e Bahia, com participações na formação do valor adicionado regional de 3,0% e 4,1%, respectivamente, no último ano da série.

3.3.3 O Setor de Serviços: O sustentáculo da Economia Cearense

O setor terciário é entre todas as atividades produtivas, aquele considerado de maior flexibilidade, adequando-se aos mais diferentes cenários conjunturais da economia, seja em âmbito externo (internacional) ou interno (nacional e regional). Segundo Chesnais (1996) e Roggero (2003), a análise de desempenho do setor de serviços, como forma de promover o desenvolvimento econômico, tem sido abordada pela Ciência Econômica a partir desenvolvimento industrial, do processo de urbanização das sociedades e da globalização do capital, ficando difícil dimensionar a importância desse setor, a menos que seja avaliado conjuntamente, ao setor secundário.

É de grande relevância enfatizar que o estudo específico do setor terciário tem obtidos, nos últimos anos, uma acentuada importância, principalmente por compor grande parte da economia nacional. Contudo, os trabalhos realizados no sentido de análise, esbarram em algumas dificuldades tanto relacionadas à dificuldade de caracterização das atividades do setor quanto da heterogeneidade que as mesmas apresentam. Nas palavras de Alves, Madeira e Macambira (2012b, p.157):

Há de se destacar que os estudos sobre serviços, apesar de terem ganhado importância, dado o peso que o setor tem sobre a geração de riqueza e emprego, carregam, em grande parte, limitações intrínsecas às atividades terciárias, principalmente devido às dificuldades metodológicas de classificação de suas atividades.

As atividades ligadas ao setor serviços podem ser consideradas como sendo o sustentáculo da economia cearense. O setor comporta a maior participação na formação do valor adicionado bruto a preços básicos do estado. Na série temporal em estudo (2000-2010), observa-se a notória importância do setor terciário, representando um percentual participativo da economia cearense de aproximadamente 70%, considerando os três setores econômicos.

Entre os anos de 2000-2010, o referido setor apresentou uma taxa acumulada de 46,4%, sobressaltando-se uma média de crescimento de 4,2% ao ano, que o coloca acima das atuações observadas tanto para o caso nordestino quanto brasileiro (Tabela 6). Com esse cenário ascendente da atividade setorial, os serviços caracterizados no Estado do Ceará, consolidam-se como o segundo de maior importância da Região Nordeste, sendo superado apenas pelo setor de serviços do Estado do Maranhão, que apresentou uma taxa de crescimento acumulada de 51% no período, com média anual de 4,6% ao ano (IBGE, 2013).

Tabela 6 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos dos Serviços para Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos- 2000-2010 (%)

PERÍODO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL
2000	3,6	3,4	3,6
2001	1,8	2,1	1,9
2002	2,9	3,4	3,2
2003	1,7	1,2	0,8
2004	4,5	4,6	5,0
2005	4,4	4,4	3,7
2006	6,5	4,6	4,2
2007	4,5	4,7	6,1
2008	7,6	5,3	4,9
2009	2,1	2,2	2,1
2010	6,8	5,7	5,5
2000-2010	46,4	41,6	41,0
Média	4,2	3,8	3,7

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais (2010d).

Nos anos de análise do setor terciário, compreendidos neste estudo, observam-se dois cenários bem distintos. O primeiro que abrange o período de 2000-2005, onde se verificam as menores taxas de crescimento do setor. Já o segundo cenário, compreende os anos de 2006-2010, período este que comporta os melhores anos de atuação do setor de serviços cearense. É importante destacar que embora se observe panoramas bem distintos com relação à performance da intensidade do setor, em nenhum dos anos estudados o valor adicionado do referido setor demonstrou um movimento de retração, de forma que mantém-se sempre uma tendência de variação positiva do produto gerado.

O período de 2000-2005 é marcado pelas taxas de menor expressividade do valor adicionado do setor terciário, sendo que, apenas nos dois últimos anos (2004-2005) é que observa uma atuação do setor acima da média para o período de 2000-2010, fixada em 4,2%

ao ano. As performances mais discretas das atividades ligadas à prestação de serviços (que não chegam a serem decrescentes) ficam a cargo dos anos de 2001 (com um crescimento pouco expressivo de 1,8%), e 2003, com uma variação de 1,7%, (a menor para o período estudado).

É importante observar, tal como menciona Alves, Madeira e Macambira (2012b, p.158), que a atuação do setor terciário no período analisado, apresentou-se “bastante atrelado ao desenvolvimento local da indústria”, ou seja, a dinâmica do setor terciário tem seguido a mesma tendência do panorama característico da indústria.

Para se comprovar a inter-relação, existente entre as performances do setor cearense de serviços vis-à-vis indústria, faz-se necessária uma comparação das atuações dos respectivos setores para os anos de estudo.

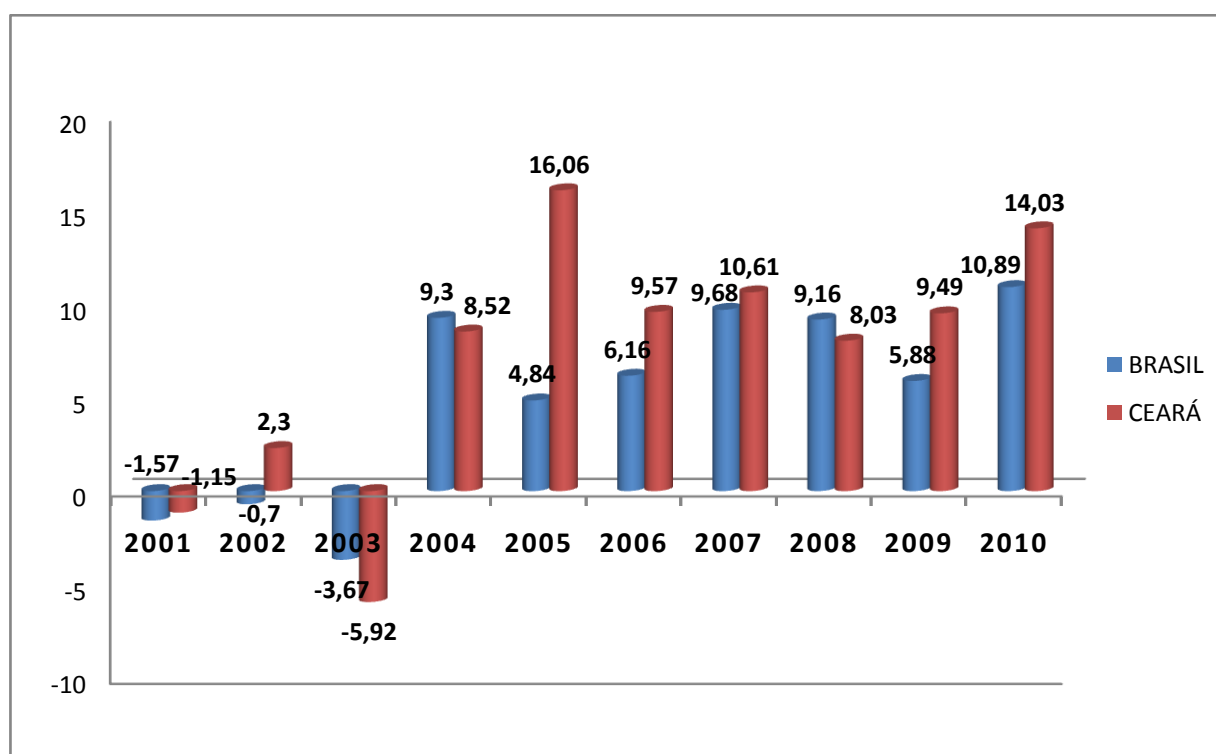
O setor fabril cearense experimentou nos anos de 2001 e 2003, um cenário de decrescimentos tanto da produção física quanto do valor adicionado bruto (como já mostrado anteriormente), e não é simples coincidência o fato do setor de serviços ter, nesses mesmos anos, observado os seus menores índices de variação do produto adicionado. Seguindo o mesmo raciocínio, na segunda metade da década, observam-se índices de atuações mais estáveis para ambos os setores. Os anos de 2008 e 2010 guardam as melhores taxas de variação do produto adicionado do setor industrial, fixadas em 5,7% e 11,8%, respectivamente. Da mesma forma observada no cenário de baixa atuação, os anos de 2008 e 2010, também marcaram os anos de melhores performances do setor terciário para todo o tempo de estudo (2000-2010), representando incrementos de 7,6% e 6,8%, para os referidos anos.

O setor de serviços representa em média 69,9% da economia cearense. Dentre as atividades que compõem o setor, tais como a Administração Pública, Intermediação Financeira, Atividades Imobiliárias, Alojamento e Alimentação e Comércio, confere-se a este último, maior destaque entre os demais subsectores (BEZERRA; BARBOSA, 2010). Ainda segundo os dados de Bezerra e Barbosa (2010, p.9), “o Ceará tem sua economia mais voltada para o mercado interno, com uma relação em termos de vendas, de 38% do PIB estadual, já as compras do estado feitas no resto do país correspondem a 54% do PIB estadual”. É neste sentido que se pode observar que o comércio interno tem sustentado o crescimento econômico do Estado do Ceará, com destaque para o varejista. O volume de vendas do varejo tem apresentado elevadas e significativas taxas de crescimento, muitas vezes superiores às aquelas observadas em âmbito nacional.

Observando-se o comportamento das vendas do comércio varejista, pode-se notar

a grande influência que este subsetor tem sobre o agregado do setor terciário cearense. Os únicos anos de decréscimos dos volumes de vendas do comércio coincidem, exatamente, com os períodos que registraram as mais baixas performances do setor de serviços estadual, ou seja, os anos de 2001 e 2003. Nestes mesmos, têm-se presente tanto as duas únicas taxas negativas do comércio varejista, -1,15% e -5,92%, respectivamente, quanto às menores taxas de crescimento do valor adicionado para o agregado do setor de serviços, fixadas em 1,8% e 1,7% para os referidos períodos.

Gráfico 2: Taxa de variação do volume de vendas varejistas - Brasil e Ceará 2001-2010(%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Anual do Comércio (2010c).

Ainda é importante notar que as vendas do varejo vem sustentando o crescimento do setor desde 2004, tendo, a partir de então, estabilizado seu desempenho, e não mais apresentado taxas decrescentes, seguindo o mesmo panorama que caracteriza o varejo brasileiro, no período de 2004-2010.

Na segunda metade da década de 2000 (2006-2010) observam-se as duas melhores atuações do setor de serviços cearense (2007 e 2010) para todo o período de estudo (a exemplo também da performance apresentada pelo setor secundário). No ano de 2008,

embora o comércio varejista tenha apresentado um acréscimo de 8,03% no volume de vendas (a menor variação para a segunda metade da década, sendo superado pelo varejo nacional), nota-se uma forte contribuição do subsetor de Intermediação Financeira em 15,84%, sendo este, seu melhor desempenho para todo o período de 2000-2010.

Tabela 7 - Taxa de variação do volume do valor adicionado bruto a preços básicos dos Serviços de Intermediação Financeira para o Estado do Ceará, 2001-2010 - (%)

PERÍODO	CEARÁ
2001	-1,88
2002	3,29
2003	-4,53
2004	3,64
2005	4,37
2006	13,87
2007	11,92
2008	15,84
2009	10,72
2010	11,54

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Regionais (2010b)

No ano de 2010, apoiado pelo aquecimento da demanda interna, as vendas do varejo crescerão acima da média histórica de 2001-2010, voltando a apresentar um desempenho crescente, fixado em dois dígitos (14,03%). A performance do comércio varejista, no último ano da década, foi observado como o segundo melhor desempenho da série histórica desse indicador, entre os anos de estudo, sendo superado apenas pelas vendas de 2005, quando obteve uma variação de 16,06% (Vide Gráfico 2).

Portanto, pode-se observar que, embora se tenha caracterizado um panorama favorável de desempenho da indústria, principalmente na segunda década do período analisado (2006-2010), a economia cearense ainda é fortemente sustentada pelas atividades do setor de serviços, não somente por representar uma participação de aproximadamente 70% do produto adicionado, mas, principalmente, por guardar grande estabilidade, até mesmo na presença de choques adversos, resultantes da conjuntura econômica interna e/ou externa, que acabam por influenciar negativamente o agregado das economias.

4 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO GERADO PELO CRESCIMENTO ECONÔMICO

A forma como tem evoluído a economia cearense nos anos 2000, principalmente no período que compreende a segunda metade da década (2006-2010), apoiada, sobretudo, pela estabilidade e elevada performance de grande parte das atividades produtivas (com exceção do setor agropecuário, que é muito dependente das condições naturais), levou o Estado do Ceará a apresentar indicadores de desempenho econômico muitas vezes superiores aqueles pertencentes ao panorama regional e nacional. Portanto, esse cenário característico da economia cearense, corrobora com uma conjuntura típica do fenômeno de crescimento econômico.

Segundo Feijó (2007), o crescimento econômico tem sua observância definida no curto prazo, através da expansão do indicador de produto agregado (PIB, PNB, entre outros), que por sua vez é responsável por promover mudanças quantitativas de suma importância, tal como a expansão dos indicadores de rendimentos, com notória importância ao PIB per capita. Porém, o mesmo autor ainda deixa explícito que nem sempre níveis de renda *per capita* se traduzem em mudanças de bem-estar social.

O lado estritamente quantitativo dos indicadores de crescimento econômico, embora os tornem incapazes de aferirem um estado de desenvolvimento econômico, ainda é uma premissa básica para a ocorrência desse último. Logo, dando sucessão do processo de análise de uma possível manifestação de condição do desenvolvimento econômico para o caso cearense, proceder-se-á a explanação e exploração da realidade em que se apresenta a distribuição do ativo monetário gerado nos três setores econômicos cearenses, em face ao processo de crescimento econômico observado.

4.1 Crescimento econômico como fenômeno de concentração de renda

Um dos efeitos enfrentados pelas economias mundiais, com relevante destaque aos países considerados subdesenvolvidos, é a questão do crescimento concentrador (MEDEIROS, 2003). Este último se constitui de um processo de crescimento econômico, que por sua vez, não é sucedido de melhorias no padrão de vida do aglomerado da sociedade,

onde se observa tal fenômeno. Em outras palavras, é um crescimento que não implica em desenvolvimento econômico.

A observância do crescimento desregrado e concentrador têm por base os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital. Essa mesma caracteriza-se como sendo uma solução simplificadora da realidade, colocando todos os países, estados ou cidades dentro da mesma problemática (SOUZA, 1999). Contudo, segundo Souza (1999, p.20), os frutos da expansão econômica “nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população”, o que torna o procedimento, acima citado, inviável sem qualquer impacto positivo à massa populacional.

A consequência mais imediata do crescimento elevado a todo custo é o hiato na distribuição de renda. No Brasil, embora se tenha constatado uma redução na desigualdade de renda nos últimos anos, o nível de concentração de renda ainda é considerado elevado. Segundo Pontes *et al.* (2009), pode-se afirmar que além do problema econômico, a desigualdade brasileira proporciona uma má distribuição de oportunidades de inclusão socioeconômica, o que caracteriza uma baixa mobilidade social.

As discrepâncias de renda, atreladas ao processo de crescimento econômico, acentua-se quando este não é orientado a eliminação das estratificações monetárias que dividem os diferentes indivíduos das sociedades. Alguns autores colocam esse comportamento concentrador de renda, como sendo inevitável durante o período de crescimento econômico. Kuznets (1955) investigou o caráter, assim como os causadores das mudanças de longo prazo na distribuição pessoal dos rendimentos, buscando delinear os fatores relevantes em relação ao componente histórico e às tendências evolutivas da desigualdade de renda (KUZNETS, 1955 *apud* PONTES *et al.*, 2009). Segundo Kuznets (*apud* LINHARES *et al.*, 2012), as desigualdades são observadas, sobretudo, no corte entre o meio rural e o urbano, elegendo-se como pressupostos os seguintes: “a renda per capita média da população rural é menor do que a da urbana, o percentual da renda do setor agrícola diminui ao longo do tempo, e a desigualdade de renda na população rural é menor do que na população urbana” (KUZNETS, 1955 *apud* PONTES, *et al.*, 2009, p. 03).

No caso cearense, existe grande concentração de renda regional, observado em relação aos seus municípios ou em relação ao Brasil (PONTES *et al.*, 2009). Alguns trabalhos empíricos têm buscado, em uma análise mais profunda, evidências sobre a existência de crescimento econômico com iniquidade social para o Estado do Ceará, tal como destaca o trabalho de Silva e Resende (2006). Estes mesmos autores encontram em seu estudo,

evidências de que o crescimento econômico, observado em muitos dos municípios cearenses, foi estimulado pela desigualdade de renda. Em contrapartida, o aumento da intensidade da pobreza afetou negativamente o crescimento econômico, isso devido, em grande parte, à redução do mercado consumidor potencial.

O estudo da desigualdade como fenômeno socioeconômico, torna-se de complexa aferição, principalmente ao se tentar eleger seus maiores causadores e condicionantes. Contudo, alguns indicadores existentes na literatura permitem estimar a dimensão da condição de desequilíbrio dos rendimentos. O índice de Gini é um dos indicadores capazes de aferir os números da desigualdade de renda. Esse indicador tem por base a famosa curva de Lorenz, onde possibilita medir a concentração observada para os diferentes dados, no caso particular da renda, este índice mede a concentração dos rendimentos por uma determinada parcela da população (IPEA, 2004). O intervalo do valor do índice de Gini está entre 0 (ZERO), onde se encontra a máxima equidade na distribuição dos rendimentos, ou seja, o nível de desigualdade é nulo. E no outro extremo do índice de Gini, tem-se o valor 1 (UM), onde se observa a máxima concentração de renda possível, ou de outra forma, tem-se o cenário de maior desigualdade estipulável.

Como já mencionado anteriormente, os níveis de desequilíbrios de renda tanto para Brasil, Nordeste e Ceará, tem apresentado, no decorrer dos anos de 2000-2010 uma tendência decrescente. Segundo os dados agregados dos dois censos do IGBE para os anos de 2000 e 2010, o comportamento do Índice de Gini vem apresentando números que corroboram com o que já foi exposto. Entre os anos já supracitados, o Índice de Gini, medido para o Estado do Ceará, apresentou uma variação de -6,68%, seguindo a mesma tendência observada para o caso nordestino (-4,13%) e brasileiro (-5,89%). Embora esse cenário de tendência decrescente do índice de concentração de renda represente uma redução da desigualdade distributiva dos rendimentos da população economicamente ativa, segundo Hoffman (2001), essa redução torna-se quase desprezível quando analisada a distribuição dos rendimentos familiares do ponto de vista *per capita*, o que corrobora com um cenário estritamente concentrador onde poucos detêm muita renda, e muitos ainda sobrevivem com diminuto acesso a esse tipo de ativo.

4.1.1 Concentração de renda na atividade agropecuária

Como já visto anteriormente, o setor primário cearense tem grande dependência das condições naturais, o que acaba por comprometer o seu desempenho em anos de anomalia climática. Contudo, as atividades agropecuárias ainda apresentam-se como sendo de suma importância no processo de desenvolvimento econômico. Segundo Souza (1999, p.268), “no processo de urbanização e industrialização, a oferta insuficiente de alimentos eleva o custo de vida e a taxa de salários, reduzindo a taxa de lucro e a acumulação de capital”, ou seja, uma maior oferta de alimentos industrializados, expandindo-se, simultaneamente, à produção industrial e agropecuária, favorece, como já mencionado, o desenvolvimento econômico, ao estimular não apenas o crescimento econômico, como também aumentar o bem-estar da sociedade, gerando maior nível de emprego e renda (SOUSA, 1999).

Embora o Estado do Ceará tenha atingido grande predomínio na urbanização de seu território, elevando-se a patamares fixados em torno de 75% (IBGE, 2010a), ainda apresenta uma parcela considerável da sua população vivendo em áreas consideradas rurais, com predomínio de atividades ligadas, sobretudo, à agropecuária. Portanto, torna-se pertinente a averiguação das condições em que se apresentam os desequilíbrios de renda do meio rural, assim como a apropriação do produto adicionado gerado pelas atividades do setor primário.

No período contemplado por este estudo (2000-2010), observa-se que, tal como posto por Kuznets (1955), a concentração dos rendimentos das localidades cearenses consideradas como zona rural, medida pelo Índice de Gini, apresentam-se de forma mais aprazível em comparação aos índices observados no meio urbano, assim como no caso brasileiro e nordestino. Contudo, é notória uma tendência de expansão da desigualdade de renda do meio rural, tanto para o Nordeste quanto para o Estado do Ceará, ao passo que, em âmbito nacional, o movimento é de redução dos desequilíbrios de ganhos entre as diferentes classes sociais tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos da população cearense nas localidades consideradas rurais (Tabela 8), no ano de 2000 era de 0,420 , ao passo que em 2010 esse cenário já se apresentava fixado em um patamar de 0,434 , tal retrocesso corresponde a um aumento dos desequilíbrios de renda rural em 3,33%, sendo esta também a realidade observada para o agregado da Região Nordeste, contudo com variação ligeiramente menor (3,03%). Em sentido oposto, os desequilíbrios de renda do meio rural para o agregado dos estados brasileiros, no mesmo período, apresentam um arrefecimento de 7,56%, sendo

este o melhor resultado de redução da concentração tanto para o meio rural quanto urbano, assim como dentre os índices observados para Nordeste e Ceará.

Tabela 8 - Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal - Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010

LOCALIDADE	2000	2010	Var. (2000-2010) (%)
BRASIL	0,611	0,575	-5,89
Urbano	0,605	0,571	-5,62
Rural	0,529	0,489	-7,56
NORDESTE	0,605	0,58	-4,13
Urbano	0,612	0,584	-4,58
Rural	0,429	0,442	3,03
CEARÁ	0,614	0,573	-6,68
Urbano	0,617	0,575	-6,81
Rural	0,420	0,434	3,33

Fonte: IBGE/ Censos 2000 e 2010.

Comparando os dados referentes ao cenário de concentração dos rendimentos do setor agropecuário constantes no Índice de Gini, com a performance do setor primário, apoiada na análise subsidiada no valor adicionado (já visto na seção anterior), observa-se uma forte interação entre ambos os indicadores. Tal como já mostrado, o desempenho do setor agropecuário cearense, mensurado pelo valor do produto adicionado ao longo do período de 2000 a 2010, observa-se uma taxa de variação acumulada do setor positiva e fixada em 22%. Isto indica que, embora se tenha observado muita instabilidade do setor para este período, o produto interno adicionado destas atividades apresentou um aumento nos ganhos do setor.

A concentração dos rendimentos gerados pela agropecuária brasileira mostrou-se estável (0,83%). Contudo, para o caso nordestino já se observa um cenário de aumento dos desequilíbrios na distribuição da renda gerada pelo setor em 8,31%, entre os anos de 2000-2010. Neste mesmo período, o Índice de Gini da distribuição do valor adicionado do setor primário cearense apresentou uma acentuada expansão, variando de 0,401 em 2000, até 0,458 no ano de 2010, caracterizando-se assim um aumento da concentração dos rendimentos do setor agropecuário do Estado do Ceará em 14,17% (Tabela 9). Esse fenômeno indica que o valor adicional de produto gerado pela agropecuária cearense não está sendo apropriado, uniformemente, pela população, o que torna o cenário de desequilíbrios de renda mais

expressivo, sobretudo no meio rural, onde maior parte da população depende, mais fortemente, das atividades do setor supracitado.

Tabela 9 - Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária para Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010

ANO	BRASIL	NORDESTE	CEARÁ
2000	0,568	0,550	0,401
2001	0,573	0,568	0,428
2002	0,573	0,566	0,418
2003	0,572	0,553	0,411
2004	0,584	0,573	0,442
2005	0,571	0,574	0,447
2006	0,556	0,558	0,454
2007	0,567	0,591	0,479
2008	0,575	0,596	0,464
2009	0,574	0,573	0,440
2010	0,572	0,596	0,458
Var. 2000-2010	0,83	8,31	14,17
Média	0,571	0,572	0,440

Fonte: IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Como se pode notar, de acordo com os dados do Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal da população cearense (Tabela 8), compreendidos nos anos de 2000 a 2010, há uma expansão da concentração dos rendimentos, deslocando-se de 0,420 em 2000, até um cenário de maior iniquidade, fixado em 0,434 no ano de 2010, corroborando com a tendência crescente de desequilíbrio na distribuição do produto da agropecuária cearense.

Esse contexto de desequilíbrios da renda resultante do setor agropecuário, com notória inserção no meio rural do Estado do Ceará, é devido principalmente ao fato da, ainda expressiva população rural do estado, fixada em 25%, apresentar-se em grande parte desocupada (sem vínculo empregatício) ou com produtividade decrescente (AMARAL FILHO, 2009).

A análise dos níveis de concentração de renda tanto para o produto adicionado do setor agropecuário quanto para os desequilíbrios apresentados no meio rural, indica que ainda não se conseguiu atingir o segmento decrescente da curva de concentração de renda anunciada

por Kuznets (1955), que por sua vez indicaria maior conformidade em se atingir níveis mais próximos de um crescimento econômico sustentado de longo prazo e, por conseguinte, atingir estágios mais próximos do pleno desenvolvimento econômico.

É importante frisar que a tendência de expansão dos desequilíbrios de rendimentos resultantes dos produtos do setor agropecuário, varia diretamente com o valor adicional do produto do setor, o que significa que um aumento no valor com as atividades da agropecuária é apropriado por uma parcela cada vez diminuta da população cearense. Essa característica do setor primário acabou por acentuar as desigualdades de renda população cearense, principalmente, daquela população que depende mais fortemente da agropecuária, isto é, a população rural.

4.1.2 A indústria como principal causador dos desequilíbrios de renda

No período compreendido entre os anos de 2000 a 2010, observam-se uma elevada concentração do valor gerado pelo setor da indústria nas mais diferentes abrangências geográficas, medido sobre índice de Gini da distribuição do produto adicional do setor já mencionado. Notadamente a concentração de renda resultante do valor produzido na indústria é mais expressivo para o cenário nacional como um todo, apresentando um índice de Gini médio de 0,909. Embora se tenha observado, no período de 2000-2010, uma tendência decrescente de 1,50% no nível de concentração dos rendimentos do setor secundário brasileiro, pode-se dizer que o cenário é ainda extremamente concentrador, sendo tal resultado pouco expressivo para prover uma mudança na estrutura de desequilíbrios de renda na população dependente das atividades do setor.

Para o caso cearense, assim como para o caso nordestino, a situação de concentração da renda gerada pela indústria ainda é considerada extremamente elevada, ao passo que os valores para o índice de Gini do produto da indústria estão bem mais próximos de “UM”, ou seja, do limite de extrema desigualdade de rendimentos. Contudo, pode-se observar que o nível de desigualdade para o Ceará e Nordeste é menor do que aquele para o agregado brasileiro.

O Estado do Ceará apresentou entre os anos de 2000 a 2010, um cenário de desconcentração dos rendimentos da indústria, acompanhado os movimentos de mesmo sentido, observados tanto para a Região Nordeste quanto para o Brasil. Porém, é de grande

importância observar que, para o caso cearense é possível notar as maiores taxas de redução das desigualdades na distribuição de rendimentos da indústria em -2,04%, para o período de 2000-2010 (Tabela 10).

Tabela 10 - Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria para Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010

ANO	BRASIL	NORDESTE	CEARÁ
2000	0,915	0,899	0,878
2001	0,912	0,893	0,874
2002	0,910	0,900	0,876
2003	0,911	0,903	0,880
2004	0,910	0,900	0,875
2005	0,910	0,898	0,871
2006	0,909	0,892	0,868
2007	0,908	0,890	0,866
2008	0,908	0,892	0,869
2009	0,903	0,887	0,870
2010	0,901	0,882	0,860
2000-2010	-1,50	-1,80	-2,04
Média	0,909	0,894	0,872

Fonte: IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Esse resultado é devido, em grande parte, às políticas de incentivos fiscais direcionados à formação do parque industrial cearense mais consolidado através da atração de um número maior de empresas. Estas mesmas, ao se fixarem em solo cearense colaboram com a expansão da demanda por mão de obra, empregando um número cada vez maior de profissionais, estes últimos, muitas vezes, encontravam-se sem rendimentos (desempregados) e, portanto, quando as consequências do estímulo ao desenvolvimento industrial conseguem chegar até a parcela da população sem expectativa de renda advinda do trabalho, tem-se um cenário propício a uma melhora na distribuição do produto gerado nas atividades do setor, ou seja, o crescimento da atividade industrial cearense fez com que se expandisse a parcela da população beneficiada pela distribuição do produto adicional gerado no setor secundário estadual.

No cenário em que se observam os níveis de desigualdade, oriundos da iniquidade da distribuição do produto da indústria do Estado do Ceará, apresenta uma certa conformidade para com a Teoria da Curva de Kuznets, ou seja, é visível uma tendência crescente dos níveis

de concentração de renda, atingindo um ponto máximo no ano de 2003, onde o índice de Gini é fixado em 0,880 (cenário de maior concentração para o período de 2000-2010). Contudo, a partir deste ponto de inflexão, o índice de iniquidade distributiva da renda, gerada no setor estadual, passa a apresentar níveis decrescentes, embora se note uma aumento residual de 0,003 em 2008 e, praticamente, se estabilize em 2009, volta a apresentar patamares decrescentes no último ano da série.

O cenário de diminuição dos índices de concentração de renda para as três localidades abordadas (Brasil, Nordeste e Ceará) vai no sentido contrário da teoria presente na literatura chamada de σ -convergência (sigma-convergência) originária do trabalho de Barro Sala-I-Martin (1991 *apud* PENNA; LINHARES, 2013). Segundo Pontes *et al.* (2009), a sigma-convergência indica que os índices mais elevados de desigualdades tendem a experimentar maiores taxas de redução, quando comparados a aos índices menos concentradores, de forma que as localidades mais desiguais tendem alcançar aquelas de menor concentração de renda. Como se pode notar pela Tabela 10, os níveis de desigualdades distributivas eram, em 2000, maiores para o caso agregado brasileiro em comparação ao Nordeste e Ceará. Portanto, o índice de Gini brasileiro deveria apresentar, de acordo com a teoria da σ -convergência, maior êxito na diminuição das discrepâncias na renda do setor industrial. Contudo, não foi o que se observou no ano de 2010. Pelo contrário, no final da série de estudo a taxa de redução da iniquidade no setor secundário brasileiro é de apenas 1,5%, sendo este valor menor do que aqueles observados para o Nordeste (1,8%) e Ceará (2,04%) (Tabela 10). Essa característica pode ser utilizada para ilustrar a enorme dificuldade de arrefecimento das desigualdades no Brasil, com notória contribuição do setor secundário brasileiro.

4.1.3 O cenário concentrador do Setor de Serviços e a interação com a Indústria

O setor terciário, como já mencionado anteriormente, é o sustentáculo da economia cearense, uma vez que representa o agrupamento de atividades de maior participação dentro da estrutura de divisão setorial do estado.

No período de 2000-2010, o setor de serviços cearense se mostrou ser o mais estável dos três setores, contudo, observou-se, no mesmo período uma situação de interdependência entre as performances apresentadas tanto pelo setor terciário cearense quanto pelas atividades da indústria (ALVES; MADEIRA; MACAMBIRA, 2012a), com

acentuada importância da indústria de transformação, principal subsetor secundário. Essa característica de mútua dinâmica entre os serviços e a indústria, perpassou o simples estágio de semelhanças anteriormente observadas apenas no âmbito da variação do produto, para uma questão mais qualitativa, no que se refere à distribuição do produto gerado no setor.

De forma análoga a concentração de rendimentos, observados na indústria, o setor de serviços também demonstrou um forte desequilíbrio na distribuição dos rendimentos gerados tanto para Brasil, Nordeste e Ceará. O índice de Gini para ambos os casos observa-se em uma situação intermediária, onde nem são maiores do que aqueles observados na indústria, nem menores do que os observados para o índice de concentração da agropecuária. Contudo, a condição de concentração do produto do setor terciário cearense está mais próxima dos patamares observados na indústria, tornando-se ligeiramente menor, ou seja, o setor de serviços é um pouco menos concentrador do que o setor secundário. Uma possível explicação para essa diminuta melhoria na distribuição dos rendimentos, em comparação à indústria, deve-se ao fato do setor terciário empregar, em maior tendência, grande parcela da mão de obra menos especializada (RUBERTI; GELINSKI; GUIMARÃES, 2005).

Para o caso cearense, novamente, observam-se os melhores, contudo, pouco expressivos, indícios de arrefecimento das desigualdades propagadas pela distribuição do produto setorial dos serviços, tendo por base o cenário regional e nacional.

Tabela 11 - Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços para Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010

ANO	BRASIL	NORDESTE	CEARÁ
2000	0,877	0,796	0,798
2001	0,875	0,790	0,793
2002	0,873	0,793	0,800
2003	0,870	0,792	0,795
2004	0,870	0,793	0,789
2005	0,871	0,793	0,795
2006	0,870	0,789	0,790
2007	0,871	0,790	0,792
2008	0,869	0,787	0,785
2009	0,867	0,787	0,782
2010	0,867	0,788	0,782
2000-2010	-1,16	-1,05	-1,94
Média	0,871	0,791	0,791

Fonte: IBGE, Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

No período de 2000-2010 a média do índice de Gini cearense apresentou-se em 0,791(Tabela 11), sendo esta a mesma designação para a Região Nordeste, contudo os resultados alcançados no cenário cearense são mais expressivos, ao passo que a desigualdade no estado já chegou a patamares mais próximos da concentração observada em âmbito nacional, isso em 2002, quando apresentou seu maior índice de iniquidade, gerada a partir dos rendimentos do setor. Contudo, desde então, a situação concentradora do setor terciário tem apresentado uma tendência de decréscimo, a exemplo do que se observa na indústria.

5 O DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DA EXCLUSÃO SOCIAL

O desenvolvimento econômico quando efetivamente observado leva a um processo de expansão da renda, acompanhado de uma melhoria qualitativa do padrão de vida característico da massa populacional (SOUZA, 1999). Esses avanços de âmbito qualitativo são evidenciados por um cenário de melhoria considerável de acesso aos ativos sociais, sendo tal aspecto possível devido a uma expansão da renda acompanhada de uma distribuição mais equitativa da mesma, aproximando as diferentes estratificações monetárias (classes sociais) que dividem a sociedade. Contudo, reconhecendo-se as falhas que imperam na economia de mercado, tal perspectiva deve ser apoiada na atuação do ente governamental, como forma de promover uma melhoria na oferta destes ativos (Relatório de Desenvolvimento Humano, 1997 *apud* Lemos, 2012).

A observância das premissas supracitadas caracteriza uma coerência, não somente no avanço do processo de crescimento, mas, sobretudo, em uma efetiva transição deste último, a um estágio mais desejável e sustentado, o desenvolvimento econômico.

A exclusão social apontada por um processo típico de crescimento econômico desregrado tem efeitos locacionais assimétricos dentro da esfera socioeconômica (LEMOS, 2012). Um destes efeitos é a extrema concentração da renda gerada nas atividades produtivas (ou setores econômicos) que, tal como já discorrido, apresenta indicadores contundentes da manutenção de forte desequilíbrio distributivo nos mais diversos cenários (nacional, regional e estadual). Esse aspecto marcante da economia brasileira, forma no país, pólos de concentração de renda, ou seja, poucos locais de elevada renda per capita, notadamente no eixo Sudeste-Sul, e vários locais de elevada iniquidade de acesso aos ativos sociais, com acentuada relevância das localidades regionais do Norte-Nordeste (SOUZA, 1999).

O que se apregoado no trabalho de Medeiros (2003) corrobora com os ideais anteriormente expostos. Segundo o mesmo, o crescimento econômico que, historicamente, tem caracterizado, no cenário brasileiro, uma elevação da renda *per capita* nacional a um patamar considerado intermediário no cenário internacional. Contudo, segundo o mesmo autor, também gerou uma "elevada concentração da renda ao não promover uma maior difusão de ativos entre a população" (MEDEIROS, 2003, p. 326)

O estado de privação dos ativos sociais caracteriza a parcela da população que sofre com a exclusão. Segundo Lemos (2012), a exclusão social trabalha o conceito de pobreza de forma a ir bem mais além, da simples incapacidade de acesso à renda mínima. De acordo com Lemos (2012, p.79), "prefere-se entender pobreza como exclusão social que,

além da privação de renda monetária, implica em falta de acesso aos ativos sociais mais essenciais”.

Portanto, medir o índice que aponte a parcela da população que sofre com privações (carência de ativos monetário e social), funciona como forte indicador para análise do cenário de desenvolvimento econômico, por qual passa determinada sociedade.

5.1 O índice de Exclusão Social (IES)

Com o intuito de aferir a parcela da população brasileira que sofre com a exclusão social, Lemos (2012) criou o Índice de Exclusão Social (IES). Este indicador embora utilize o método reducionista e estático que permeia a análise estatística, apresenta uma *proxy* de maior fidedignidade no trato do aspecto multidimensional que permeia o fenômeno da exclusão social, em suas várias facetas.

O Índice de Exclusão Social é formado por três grandes âncoras, são elas:

- Passivo de Educação (Passeduc): refere-se à parcela da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta.
- Passivo Econômico (Passecon): aferido pelo percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos.
- Passivo Ambiental (Passambi): esta âncora é baseada no resultado de outros três indicadores. Privagua, que é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa; Privsane que afere o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, de fossa séptica para destinar os dejetos humanos; e Privlixo que se refere ao percentual de domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente.

Portanto, algebricamente, propõe-se a seguinte equação de definição para o Índice de Exclusão Social (IES):

$$IES_i = P_{i1} Y_{i1} + P_{i2} Y_{i2} + P_{i3} Y_{i3} ; i = 1, 2, \dots, n$$

Onde:

$$Y_{i1} = \text{Passeduc}; \quad Y_{i2} = \text{Passecon}; \quad Y_{i3} = \text{Passambi}$$

O termo “Pi” corresponde aos respectivos pesos, cuja a soma é igual a um. Estes últimos foram obtidos através de análise estatística multivariada. Isto não garante que se tenha a melhor aferição, mas assegura que os pesos não serão influenciados pela subjetividade do seu criador. Os valores dos “Pi” foram definidos em 0,35 para o “Passeduc”, 0,35 para o “Passecon”, e 0,30 para o “Passambi”.

Ao mensurar a quantidade da população que sofre com privações dos diferentes ativos, o IES pode ser utilizado como uma ferramenta de análise de como se apresenta o desenvolvimento econômico nas mais diferentes localidades (nacional, regional e estadual). A preferência na abordagem deste indicador em detrimento do já consolidado IDH (Índice Desenvolvimento Humano), é explicada pelas limitações que enviesam abordagem deste último na tentativa de interpretação e compreensão dos fenômenos socioeconômicos, sobretudo nos países de economias atrasadas.

Lemos (2012) aponta os principais entraves nos indicadores que compõem o IDH. Segundo este autor, o indicador que afere longevidade tende a apresentar grandes limitações quando se refere às medidas que abrangem lugares remotos, semelhantes àqueles países de economias mais atrasadas, tais como da África, da América Latina, em geral, do Nordeste e do Norte brasileiros. Em localidades como estas há um elevado nível de sub-registros, ou seja, um grande contingente de pobres que nasce, vive e morre sem ter qualquer registro. Lemos (2012, p.97) ainda cita um exemplo:

[...] nas periferias de cidades do interior dessas regiões (Norte e Nordeste, principalmente), a proliferação de cemitérios clandestinos. Nesses cemitérios estão sepultadas pessoas cujas famílias não dispuseram de condições de renda para enterrar dignamente os seus mortos nos cemitérios oficiais, que cobram uma taxa para fazer o serviço. São pessoas pobres que tendem a morrer mais jovens e que não fazem parte das estatísticas obituárias.

Portanto, a aferição do indicador de longevidade fica superestimada, pois não contabilizam os casos dos óbitos acima citados. Ainda é pertinente observar que o próprio indicador define-se como sendo uma média, logo, está sujeito a uma grande variância em torno de seu próprio valor. Segundo (LEMOS, 2012, p. 97), “esta variabilidade, como se sabe, é mais perceptível nas economias atrasadas, devido às desigualdades ou assimetrias bastante acentuadas nas áreas de carência, sobretudo de qualidade de vida”. Por isso, torna-se muito difícil obter indicações precisas em locais como a Região Nordeste brasileira e, dentro desta, para o Estado do Ceará.

Com relação à renda *per capita*, outro indicador que forma o IDH, já se mostrou que esta, apresenta-se extremamente concentrada, tanto para o agregado do caso brasileiro como para o caso pontual do Estado do Ceará. As disparidades na distribuição de renda, observadas para ambos os casos, limita a capacidade do indicador em aferir com precisão padrões de bem-estar econômico, para estas ou quaisquer regiões pobres.

Já para o indicador responsável por aferir o “estoque educacional”, composto pelas taxas de adultos alfabetizados e número de matrículas dos diferentes níveis (fundamental, médio e superior), Lemos (2012) observa que elevados números de matrículas não se traduzem na qualidade do ensino ofertado nas regiões carentes. De acordo com o mesmo autor, essa é, efetivamente, observada para o caso brasileiro, uma vez que “a qualidade do ensino nas escolas públicas, no geral, é muito ruim e isso não conseguirá ser captado por um indicador que afere o percentual de matrículas” (LEMOS, 2012, p.98).

Uma outra importante característica do IDH, é que o mesmo não foi feito para indicar a quantidade da população que está incluída no seu desenvolvimento humano, ou seja, “observando-se o IDH de uma localidade, não conseguiremos detectar o percentual da população que está incluída (ou excluída) no seu desenvolvimento humano” (LEMOS, 2012, p. 98). Contudo, o IES não possui aspirações de substituir o IDH, mas, sobretudo, atuar complementarmente a este último, na atividade complexa de interpretação dos fenômenos socioeconômicos.

5.1.1 Passivo Educacional (Passeduc) e os avanços na Educação

Dada a elevada correlação que o usufruto da educação, ou por outro lado, a não observância deste bem social no cotidiano dos indivíduos, tem para com os demais indicadores sociais, ancorou-se o indicador “Passeduc” a questão educacional. Uma vez que se procura medir o percentual da população que sofre com privações, este indicador do IES reportar-se-á a questão extrema de não acesso a educação. De forma categórica, o Passivo refere-se ao indicador conhecido como Priveduc que, por sua vez, vem a ser o percentual da população maior de quinze (15) anos que se declarou analfabeta (Lemos, 2012).

A questão da educação é de suma importância ao processo de desenvolvimento econômico, no que tange a qualidade e caracterização do capital humano. Segundo o Trabalho de Pontes *et al* (2009), o investimento em capital humano mostrou-se mais eficiente do que aquele observado para o capital físico.

Ainda de acordo com Lemos (2012), a notória ascensão econômica de países considerados exemplos de sucesso no processo de desenvolvimento econômico, fizeram uso intenso da melhoria dos padrões educacionais, tornando essa uma das principais premissas no avanço socioeconômico. Como exemplo de tais países pode-se citar Japão e Coreia do Sul, que implementaram com êxito reformas educacionais que lhes valeram consideráveis vantagens comparativas, principalmente no que se refere ao conhecimento científico e tecnológico.

Existe uma forte correlação negativa entre o analfabetismo e o nível de escolaridade de uma determinada população, ou seja, quanto mais elevado o percentual de analfabetos, menor a escolaridade observada dessa mesma população (LEMOS, 2012). Baixos níveis de escolaridade, ou de outra forma poucos anos de estudo, impedem que a população execute trabalhos mais bem remunerados, pois estes mesmos demandam maior nível de instrução, por conseguinte, os rendimentos tendem a manterem-se fortemente concentrados, caracterizando um cenário já hegemônico no contexto brasileiro.

Segundo os dados do IBGE (2009), levando em consideração os anos de estudo, observa-se que tanto para o caso brasileiro e nordestino quanto para o cenário estadual da economia cearense, obtém-se os melhores rendimentos (salários) o percentual da população com maiores anos de estudo. Portanto, promover uma elevação nos padrões educacionais pode ser considerado como uma perspicaz política de desenvolvimento econômico, uma vez que a mesma tende a diminuir os índices de concentração de renda e alcançar consideráveis resultados, no tocante ao avanço tecnológico.

Segundo os dados do passivo de educação, observa-se que no período de 2000-2010, o Estado do Ceará experimentou uma redução no contingente de habitantes maiores de 15 anos que sofriam com o mal do analfabetismo em 7,7%, índice esse considerado superior aos, efetivamente observados, pelo Nordeste (7,2%) e para o caso brasileiro (4,0%). Dentro do cenário regional, o Estado do Ceará, consolidou a terceira melhor redução do analfabetismo, sendo superado apenas por Paraíba (7,8%) e Alagoas (9,1%), respectivamente. Na análise geral do contexto nordestino, observa-se uma certa manutenção no ranking do Priveduc de 2010, em comparação ao de 2000, o que denota um padrão de nítida preocupação dos estados nordestinos na melhoria do contexto educacional.

Tabela 12 – Passivo de Educação para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)

Localidade	2000	2010	Var. (2000/2010)
Brasil	13,60	9,60	-4,00
Nordeste	26,30	19,10	-7,20
Maranhão	28,40	20,90	-7,50
Piauí	30,50	22,90	-7,60
Ceará	26,50	18,80	-7,70
Rio Grande do Norte	25,40	18,50	-6,90
Paraíba	29,70	21,90	-7,80
Pernambuco	24,50	18,00	-6,50
Alagoas	33,40	24,30	-9,10
Sergipe	25,20	18,40	-6,80
Bahia	23,20	16,60	-6,60

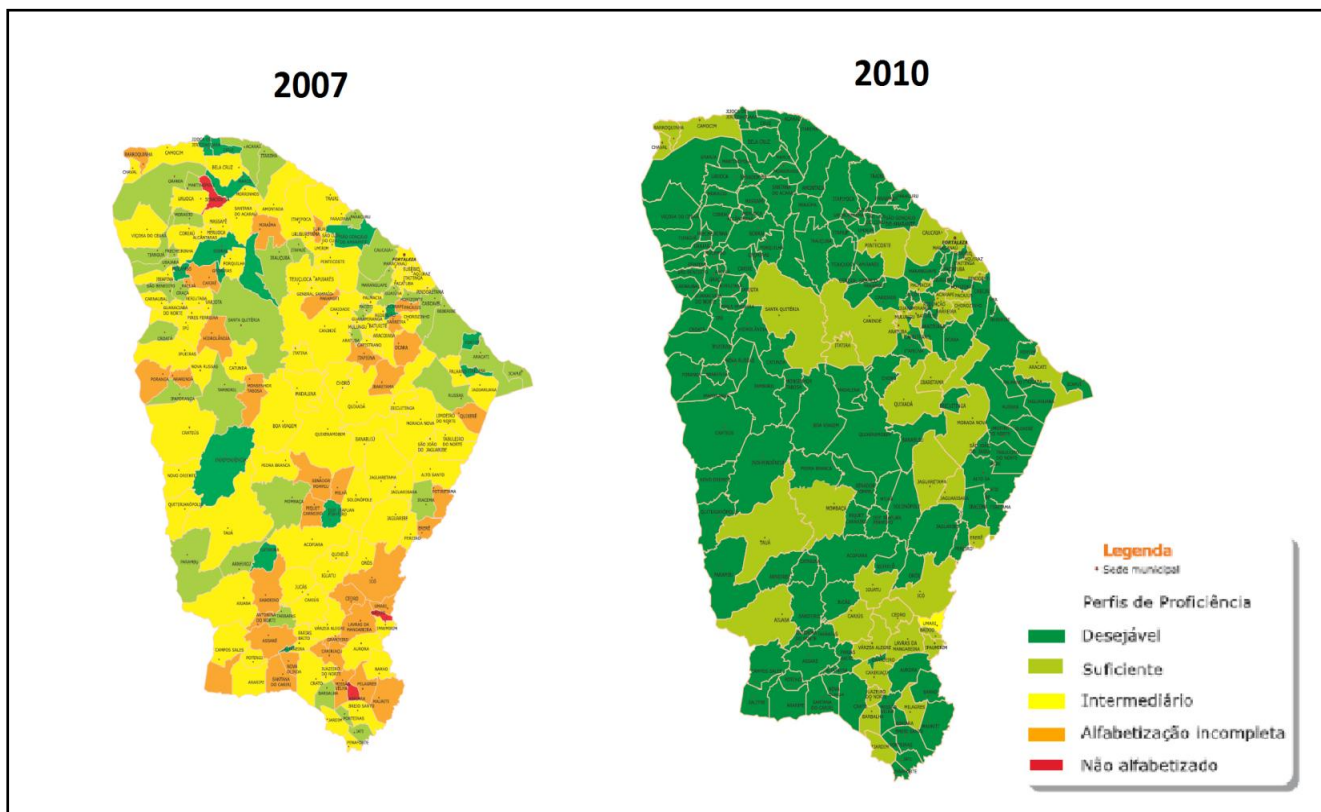
Fonte: LEMOS, 2012.

Um dos grandes responsáveis pelo êxito obtido na redução do contingente populacional não alfabetizado do Estado do Ceará pode ser delegado ao relativo sucesso obtido na implantação do PAIC (Programa de Aprendizagem na Idade Certa). Criado em 2004, por um trabalho da Comissão Cearense para Eliminação do Analfabetismo, pertencente à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o PIC elevou-se ao *status* de programa junto da APREDE e UNDME/CE, em parceria técnico-financeira do UNICEF.

Em 2007, o até então programa PAIC, foi elevado à categoria de política pública pela SEDUC, possuindo assim um maior alcance dentro do cenário estadual.

No período de 2007 a 2010, tal como demonstrado na Figura 2, observa-se grande avanço na política educacional com inserção do PAIC. O mapa de resultado de 2007 aponta para um contexto negativamente heterogêneo dos perfis de proficiência dos municípios cearenses. Neste mesmo ano se observa uma predominância do nível de proficiência, considerada intermediária e alfabetização incompleta (este último, sobretudo na Região do Cariri), com a observância de três municípios considerados não alfabetizados (Abaiara, Baixo e Senador Sá). Contudo, já no ano de 2010, 22,8% dos municípios alcançaram o nível de “suficiente” e 76,7% o de “desejável”, restando apenas um município com o *status* de intermediário, o município de Umari.

Figura 2 - Mapa de Alfabetização do Estado do Ceará - Resultado do SPAECE-Alfa - 2007-2010



Fonte: SEDUC/CE (2011).

5.1.2 Passivo Econômico (Passecon) e o agravamento da iniquidade

Este indicador refere-se ao percentual da população que sofre com privações de renda. Em versões anteriores do IES, o “Passecon” se constituía do indicador conhecido como “Privrend”. Esta âncora do IES reporta-se ao percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos (LEMOS, 2012).

O passivo econômico é um indicador que também mantém forte correlação para com a observância do processo de desenvolvimento econômico, uma vez que “não se concebe avançar, em termos de desenvolvimento, sem patamares mínimos de renda monetária” (LEMOS, 2012, p.107). Portanto, índices (percentuais) elevados de privação de renda corroboram com um atraso desenvolvimentista e exclusão social, embora já se saiba que níveis de renda elevada não se traduzam em avanços no bem-estar social. Esse é um dos motivos para que o Índice de exclusão Social seja ancorado em mais dois outros indicadores, complementando a análise dos efeitos na privação da renda.

Para Lemos (2012), o Passivo Econômico no período de 2000-2010 sofre influência de alguns determinantes, que acabam por influenciar uma expansão do contingente da população na faixa de renda abrangida pelo indicador. Na visão desse autor a elevação real do salário mínimo é dos motivos para que uma faixa considerável dos indivíduos que se localizavam ligeiramente acima de dois salários mínimos se deslocasse para o nível de abordado no “Passecon”. No ano de 2000, valor nominal do salário mínimo era de R\$ 151,00. Em valores correntes de 2010, corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, esse valor passa para R\$ 341,24. Já o salário mínimo de 2010 foi de R\$ 510,00, ou seja, bem acima do valor atualizado de 2000 (LEMOS, 2012). Esse cenário do novo valor-limite atribuído ao indicador (Passecon) em 2010 (R\$ 1020,00), fez com que um contingente maior de brasileiros migrasse de faixas de rendas acima para o estrato considerado pelo indicador.

Outra possível contribuição da permanência de uma parcela populacional que sofre com privações de renda, é atribuída por Lemos (2012), como sendo a ampliação das transferências sociais, caracterizadas no Programa Bolsa Família, que teve forte expansão no ano de 2003. Segundo o autor supracitado, o programa teria forte influência sobre o indicador, isto porque o programa detém um forte efeito colateral danoso, uma vez que provoca certa acomodação das famílias que tem acesso a tal instrumento. Essa característica acaba por estagnar a situação monetária por qual passa grande parte do aglomerado populacional mais carente. A ampliação do Bolsa Família tem levado a um aumento do número de beneficiados, contudo esse cenário implica em uma maior relação de dependência desses últimos com relação ao programa, ou seja, as famílias não tem autonomia financeira fora do referido programa de transferência social (LEMOS, 2012).

Segundo Lemos (2012), “o programa tem uma enorme porta que se ampliou nos últimos anos, sobretudo naquele que antecedeu as eleições gerais de 2010. Mas a porta de saída praticamente inexistente”.

Tabela 13 – Passivo de Renda para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)

Localidade	2000	2010	Var. (2000/2010)
Brasil	26,70	36,80	10,10
Nordeste	49,00	59,30	10,30
Maranhão	60,30	67,20	6,90
Piauí	55,00	61,80	6,80
Ceará	49,50	60,20	10,70
Rio Grande do Norte	43,90	52,40	8,50
Paraíba	47,70	58,10	10,40
Pernambuco	43,90	56,90	13,00
Alagoas	53,90	63,70	9,80
Sergipe	46,20	56,40	10,20
Bahia	46,90	57,60	10,70

Fonte: LEMOS, 2012.

Segundo os resultados da variável Passivo de Renda, componente que determina o Passivo Econômico, no período compreendido entre os anos de 2000-2010, o Estado do Ceará apresentou uma forte expansão da parcela da população que sofre com a privação do ativo monetário. No ano de 2000 pouco menos da metade dos habitantes do estado (49,5%) apresentam-se inseridos no contexto abordado pelo indicador (de zero a dois salários mínimos). Contudo no ano de 2010, este índice já se apresentava em patamar ainda mais elevado, 60% da população, era o novo percentual dos habitantes cearenses que se caracterizavam como monetariamente privados, ou seja, ocorreu uma expansão do cenário de privação do ativo monetário em 10,7% durante o lapso de tempo considerado. Esse índice é considerado superior ao observado tanto para o caso agregado brasileiro (10,1%) quanto nordestino (10,3%). Dentro do cenário regional, pode-se observar a dimensão da deficiência na alocação de renda para o Estado do Ceará. Este último apresenta, ao lado da Bahia, o segundo maior percentual de expansão da parcela populacional que sofre com privações de renda, sendo superado apenas pelo Estado de Pernambuco, com uma elevação de 13,0%.

Esse cenário corrobora com a manutenção dos índices de elevada concentração de renda, medida pelo coeficiente de Gini, como já se apresentou anteriormente, nas seções passadas.

5.1.3 Passivo Ambiental (*Passambi*) e o aglomerado dos indicadores qualitativos

Trata-se da terceira âncora do IES, já na sua nova versão, sendo esta, obtida através da conjugação de três outros indicadores devidamente ponderados. Segundo o próprio criador do IES, esses indicadores são:

Privagua, que é o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do acesso ao serviço de água encanada com, ao menos, um ponto de torneira dentro de casa; Privsane que afere o percentual da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de esgotamento sanitário ou, ao menos, de fossa séptica para destinar os dejetos humanos. O terceiro indicador desta âncora do IES é o percentual de domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente (Privlixo). (LEMOS, 2012, p.106)

A privação de acesso aos ativos sociais, supracitados no rol dos indicadores que compõem o *Passambi*, funciona como uma variável de alta correlação para com os níveis de bem-estar da população, notadamente no que se refere às condições necessárias a uma vida digna e saudável. Portanto, os indicadores do Passivo Social refletem forte impacto sobre o que é aferido por outros indicadores, tal como o indicador de longevidade.

O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, referente ao ano de 2006, trouxe uma vasta discussão sobre a importância do acesso aos serviços de água tratada e saneamento, como sendo os principais condicionantes capazes de promover a elevação do bem-estar social e do próprio desenvolvimento humano. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2006 *apud* LEMOS, 2012, p. 108), “água e saneamento estão entre os mais poderosos medicamentos disponíveis pelos governantes para reduzir doenças. Investimentos nessas áreas eliminarão males como diarreia, salvando vidas”.

Ainda segundo o mesmo Relatório, a deficiência no acesso a água potável e saneamento adequado, leva, aproximadamente, metade da população dos países menos desenvolvidos a apresentar problemas de saúde. Portanto, tal característica é mais fortemente observada no contingente dos países subdesenvolvidos, corroborando com baixos índices de bem-estar social destes últimos.

No tocante ao não-acesso do serviço de coleta sistemática de lixo (Privlixo), Lemos (2012) justifica que este indicador também tem forte implicação sobre a qualidade de vida das famílias. Segundo o mesmo autor:

Não ter este serviço implicará em as famílias colocarem os seus resíduos sólidos em qualquer local, o que provocará proliferação de ratos, baratas e outros tipos de animais nocivos à saúde. Além disso, esse lixo acondicionado de forma inadequada

pode poluir mananciais de água, entupir bueiros nas áreas urbanas, provocando inundações nas épocas de chuvas. A privação desse serviço, por estas razões, se constitui em importante definidor de exclusão social. (LEMOS, 2012, p. 109)

O resultado do Passivo Ambiental para o Estado do Ceará, no período de 2000-2010, aponta para uma redução da parcela populacional que sofre as privações anunciadas por cada um dos indicadores que formam o Passambi.

A Privação de acesso à água encanada a apontou para uma redução de 17,8% da população cearense que sofria com tais restrições no ano de 2010, em comparação ao índice observado no ano 2000. Esse avanço cearense é o mais expressivo entre todos outros resultados, mesmo quando considerados tanto os cenários nacional (6,6%) quanto nordestino (11,8%). O resultado cearense ainda se mantém como o mais expressivo quando comparado individualmente aos demais estados nordestinos.

Tabela 14 – Privação de Água encanada para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)

Localidade	2000	2010	Var. (2000/2010)
Brasil	23,70	17,10	-6,60
Nordeste	35,20	23,40	-11,80
Maranhão	48,10	34,10	-14,00
Piauí	40,70	27,80	-12,90
Ceará	40,60	22,80	-17,80
Rio Grande do Norte	22,80	13,60	-9,20
Paraíba	33,10	23,30	-9,80
Pernambuco	31,20	24,00	-7,20
Alagoas	38,30	31,40	-6,90
Sergipe	25,60	16,50	-9,10
Bahia	32,20	19,70	-12,50

Fonte: LEMOS, 2012.

No que se refere ao índice de Privação de Saneamento, o Ceará apresentou uma redução de 10,3% na parcela da população com privação de saneamento adequado. O índice cearense é novamente localizado em uma posição de maior expressividade, quando comparado ao caso brasileiro (6,2%) e nordestino (8,3%). Contudo, dentro do cenário regional, o resultado cearense apresenta uma posição considerada intermediária. Hierarquicamente, foi o quarto melhor resultado, sendo superado por Bahia, Pernambuco e Paraíba.

Tabela 15 - Privação de Saneamento para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)

Localidade	2000	2010	Var. (2000/2010)
Brasil	39,10	32,90	-6,20
Nordeste	63,10	54,80	-8,30
Maranhão	75,90	73,30	-2,60
Piauí	61,80	70,90	9,10
Ceará	66,90	56,60	-10,30
Rio Grande do Norte	59,90	54,80	-5,10
Paraíba	62,20	50,70	-11,50
Pernambuco	57,40	44,90	-12,50
Alagoas	74,80	67,40	-7,40
Sergipe	58,10	49,80	-8,30
Bahia	59,10	48,20	-10,90

Fonte: LEMOS, 2012.

O índice de privação ao serviço de coleta sistemática de lixo (Privlixo) indica que houve, entre os anos de 2000-2010, uma redução do percentual da população que sofria com tal privação, em 15,4%. Este resultado é superior aquele observado para o âmbito nacional (10,1%), contudo fica aquém do avanço registrado para o caso nordestino (16,4%). Esse bom desempenho da região Nordeste foi basicamente puxado pelas acentuadas reduções do indicador para alguns estados, notadamente para os índices observados no Maranhão (22,4%) e Piauí (19,2%).

Tabela 16 – Privação de Coleta de Lixo para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)

Localidade	2000	2010	Var. (2000/2010)
Brasil	22,70	12,60	-10,10
Nordeste	41,30	25,00	-16,30
Maranhão	66,60	44,20	-22,40
Piauí	57,60	38,40	-19,20
Ceará	40,10	24,70	-15,40
Rio Grande do Norte	27,80	15,50	-12,30
Paraíba	36,00	22,30	-13,70
Pernambuco	33,30	18,40	-14,90
Alagoas	33,40	20,20	-13,20
Sergipe	31,50	17,00	-14,50
Bahia	40,40	23,80	-16,60

Fonte: LEMOS, 2012.

5.2 Resultados para o Índice de Exclusão Social

A soma das três âncoras devidamente ponderadas permite ao IES, a capacidade de aferir o percentual da população que sofre com problema da exclusão ou, por outro lado, a que é incluída como beneficiada pelo acesso devido aos ativos sociais considerados pelo indicador, nos mais diferentes níveis de abrangência geográfica.

Os resultados para o Índice de Exclusão Social apontam para uma forte estagnação do percentual da população brasileira que sofre com a privação dos principais ativos sociais. Entre os anos 2000 e 2010, houve uma redução de pouca significância para o agregado dos estados brasileiros da ordem de 0,10%, uma vez que passou de 22,70% para 22,60%, este índice foi fortemente puxado pela expansão na privação do ativo monetário, acima de 10%, como já visto anteriormente.

Tabela 17 - IES para Brasil, Nordeste e Estados nordestinos, 2000 e 2010 - (%)

Localidade	2000	2010	Var. (2000/2010)
Brasil	22,7	22,6	-0,10
Nordeste	39,5	37,1	-2,40
Maranhão	48,9	44,8	-4,10
Piauí	45,0	42,0	-3,00
Ceará	40,7	37,2	-3,50
Rio Grande do Norte	34,3	32,1	-2,20
Paraíba	39,4	37,0	-2,40
Pernambuco	35,4	34,6	-0,80
Alagoas	44,4	42,1	-2,30
Sergipe	35,6	33,7	-1,90
Bahia	36,8	34,3	-2,50

Fonte: LEMOS, 2012.

No tocante ao Nordeste, observa-se uma redução no contingente de excluídos, em um percentual de maiores proporções, quando comparado ao caso brasileiro. Em 2000 o IES para a região era de 39,5%. Já em 2010, esse índice apresentou-se em um patamar de 37,1%, representando um arrefecimento da população socialmente excluída, em 2,40%.

Já para o caso cearense, há uma redução de maiores dimensões quando comprado aos cenários nacional e regional supracitados. Entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu uma redução da população enquadrada no cenário de exclusão social, em 3,5%, passando de 40,7% em 2000, para uma parcela estadual dos privados de ativos sociais, fixada em 37,2% no ano de 2010.

O resultado do IES cearense foi positivamente influenciado pelas reduções da população que sofria com privações de saneamento, educação, coleta sistemática de lixo e, principalmente, por uma melhora de maiores dimensões no acesso a água potável. Por outro lado, a redução do percentual do IES para o Estado do Ceará, só não apresentou maior notabilidade, devido ao efeito negativo proporcionado pelo índice de renda, que se mostrou ser muito elevado.

Embora, os índices de exclusão para Nordeste e Ceará, apresentem-se em um sentido de queda, ambos os resultados ainda não podem ser considerados como sendo expressivos. Isso porque os percentuais das respectivas populações que sofrem com o drama da exclusão social, ainda são considerados extremamente elevados, até mesmo para os padrões brasileiros.

Tabela 18 - População Socialmente Excluída, Brasil, Nordeste e Ceará - 2000-2010 - (Números Absolutos)

Localidade	2000	2010	Adicional da População Socialmente Excluída (2000-2010)
Brasil	38.561.138	43.110.811	4.549.673
Nordeste	4.646.971	5.851.252	1.204.281
Ceará	2.766.543	2.945.505	178.962

Fonte: LEMOS, 2012.

Há uma outra ressalva para o resultado obtido, no tocante ao percentual da população cearense, socialmente excluída. Esta tem por base o fato de que, em quando o IES para o Estado do Ceará apresentou uma redução de 3,5% entre 2000 e 2010, a população cearense cresceu, no mesmo período, 13,74% (IBGE, 2010a). Neste contexto, pode-se observar que, embora o Estado do Ceará tenha observado a segunda melhor redução do IES dentro do cenário regional (superado apenas pelo estado do Maranhão), o número absoluto de pessoas socialmente excluídas se expandiu em 178.962. Essa característica também pode ser amplamente observada para o caso agregado brasileiro, assim como o nordestino.

6 CONCLUSÃO

O estudo do processo de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará no período de 2000-2010 evidenciou a presença de um cenário de forte crescimento econômico, sobretudo durante a segunda metade da década em análise. As taxas de crescimento observadas durante esse período foram superiores, até mesmo, às observadas em âmbito nacional. Esse contexto demonstra, no Estado do Ceará, um maior progresso no sentido de estabilidade econômica.

As elevadas taxas de crescimento econômico do estado tiveram forte participação das boas performances dos setores econômicos, sobretudo entre os anos de 2006-2010.

Para o setor primário, observou-se o maior cenário de instabilidade, ao passo que o desempenho deste agrupamento de atividades, tem considerável dependência do cenário natural. E, uma vez que grande parte do território cearense é localizado no semiárido nordestino, essa característica de fragilidade do setor é refletida em uma menor participação dentro da formação do produto adicionado estadual.

O setor industrial cearense sofreu relativa influência dos choques exógenos, tanto internos quanto externos. Contudo, a melhora observada já na segunda metade da década dos anos 2000 evidenciou a consolidação do setor secundário cearense, proporcionado, principalmente pela maturação das políticas de incentivos fiscais, instruídas para o setor, com importância notória do subsetor da indústria de transformação.

Já o setor de serviços, mostrou-se mais estável do que todos os demais setores, uma vez que não se observa nenhum movimento de retração do valor adicionado em qualquer dos anos contemplados por esse estudo. O setor terciário firmou-se como sendo o sustentáculo da economia cearense, ao passo que no período de 2000-2010, apresenta larga vantagem na participação da formação do produto estadual de aproximadamente 70%.

Concomitantemente aos avanços no tocante ao crescimento econômico, observou-se uma melhora no acesso a muitos ativos sociais no Estado do Ceará, principalmente aqueles referentes à educação, saneamento e água potável, que são responsáveis por proporcionar uma vida mais digna e saudável à população estadual. Neste contexto, o percentual da população que sofre com exclusão social apresentou uma queda de 3,5% entre os anos de 2000 e 2010, medidos pelo Índice de Exclusão Social.

Embora tenha-se comprovado um cenário de considerável ascensão da atividade econômica, conjuntamente da melhoria no acesso da população a importantes ativos sociais, o cenário por qual passa a economia cearense, ainda não pode ser considerado, como sendo

característico de um estágio avançado de desenvolvimento econômico. Isso porque, durante os sucessivos anos de alta performance da expansão econômica, a análise distributiva apontou para forte iniquidade de rendimentos durante o processo de crescimento econômico do estado. Entre os anos de 2000-2010, observa-se uma expansão do percentual da população que sofre com privação de acesso ao ativo monetário em 10,7%. O percentual total da população cearense que se enquadrava em uma situação de privação de renda, atingiu patamares acima dos 60% no ano de 2010. Além disso, quando se observa a quantidade absoluta da população cearense inserida no contexto da exclusão social, nota-se que, apesar do percentual do IES apontar para tendência decrescente da população socialmente excluída, houve entre os anos de estudo, uma expansão no número de habitantes do estado que sofrem com o problema da exclusão social, haja vista que a taxa de crescimento da população cearense está muito além do percentual de redução do referido indicador.

Foi constatado também que os setores cearenses da indústria e de serviços são os que mais colaboram com esse cenário de desigualdade na distribuição do elevado produto gerado.

Embora, o nível de renda per capita não seja sinônimo de melhoria do bem-estar social, assim como do próprio desenvolvimento econômico, o acesso ao ativo monetário ainda é uma das premissas básicas de grande importância no sentido de proporcionar aos seres humanos uma vida com o mínimo de dignidade, uma vez que o acesso a esses ativos possibilita também o acesso a outros vários ativos necessários, tais como alimentos, lazer e entre outros tantos. Por outro lado, o acesso a renda por grande parte da população, garante também a sustentabilidade do próprio crescimento econômico.

Portanto, a característica marcante da economia cearense é de um modelo de típico crescimento econômico concentrador, visto que os elevados índices de desequilíbrio de renda são, efetivamente, marcas deixadas por níveis elevados de crescimento econômico.

Atingir o desenvolvimento econômico ainda é considerado uma meta a ser alcançada pelo Estado do Ceará. Uma premissa básica, mas não necessária, já é observada, o crescimento econômico. Contudo, ainda se deve atentar para a promoção, de forma concisa, da erradicação da iniquidade, sob pena de se observar uma piora considerável no quadro social, além da própria insustentabilidade do atual cenário de crescimento econômico que, por sua vez, tornaria a meta de desenvolvimento ainda mais longínqua.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Estratégia de Desenvolvimento Econômico 2007-2020**. [Fortaleza],[ca.2006].

Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1272656169.pdf> Acessado em: 20/05/2013.

ALVES, Christiane Luci Bezerra; MADEIRA, Soraia Araújo Madeira; MACAMBIRA, Júnior. Considerações sobre a Dinâmica do Setor de Serviços Cearense: Uma Análise sob a Ótica do Mercado de Trabalho. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n.38, p. 211-235, jan./jun. 2012a. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/281/269>> Acessado em: 15/06/2013a.

_____. **Serviços e Desenvolvimento Regional: Considerações a Partir do Mercado de Trabalho Cearense**. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.43, p. 155-170, jan./mar.2012b. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1288> Acessado em: 21/06/2013b.

AMARAL FILHO, J. *et al.* (Org.). **Arranjos produtivos locais no estado do ceará: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de Apoio**. Fortaleza: BNDES, [2009 ou 2010]. Acesso em: 02 de julho de 2013. (Nota Técnica nº 02). Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_CE.pdf> Acessado em: 15/06/2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional 2002**. Rio de Janeiro, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional 2003**. Rio de Janeiro, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991**. Washington: Banco Mundial, 1991.

BARRETO, Theo da Rocha. **A Precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador**. 2003. 155p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em:

<<http://www.flexibilizacao.ufba.br/MonografiaTheo.pdf>> Acessado em: 01/06/2013.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.15, n.42, p. 123-142, fev. 2000.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>> Acessado em: 20/06/2013.

BASTOS, S. Q. A.; PEROBELLI F. S.; SOUZA, K. B. O Dinamismo do Setor de Serviços e sua Interação com o Setor Industrial: uma análise para a Região Sudeste no período pós Plano Real. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2008. Não paginado. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807191729230-.pdf>> Acessado em: 10/06/2013.

BEZERRA, Eloísa; BARBOSA, Eveline. **Desempenho Econômico do Estado do Ceará em anos recentes**. Fortaleza: IPECE, 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_79.pdf> Acessado em: 15/05/2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 26, n. 2 ,p. 203-230, abril-junho 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a03v26n2.pdf>> Acessado em: 08/05/2013.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, V. H.. **O Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI): Uma Avaliação Econométrica com Dados em Painel para o Período de 1995 a 2001**. Fortaleza: CAEN, 2003 (Texto para Discussão). Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/918/1/Estudos%20econ%C3%B4micos%2047.pdf>> Acessado em: 17/06/2013.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335p

FEIJÓ, Ricardo. **Desenvolvimento Econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, M. A. R. de. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FONTENELE, Ana Maria.; MELO, Maria Cristina Pereira de. **Inserção internacional da economia cearense: potencialidades e limites para o crescimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. **Boletim de Avaliação da Quadra Chuvosa de 2008**. Fortaleza, 2008.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GARCIA, A. **Modelos operacionais de reforma agrária e desarrollo rural en America Latina**. San Jose: Costa Rica: IICA, 1985. 225p.

GIAMBIAGI, Fábio; PORTO, Claudio. **2022: Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOVERNO é acusado de praticar uma política de "aprendiz de feiticeiro" ao criticar a oposição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de junho 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2306200211.htm>> Acessado em: 22/05/2013.

GUIMARAES, V. N. ; GELINSKI, Carmen R. O. ; RUBERTI, Kellen Cristina. Relações de trabalho no setor de serviços no contexto da reestruturação produtiva. *In: Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada*, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2005. Não paginado.

Disponível em:<<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e8-03.pdf> >

Acessado em:08/06/2013.

HOFFMAN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**, v.15, n.41, p.67-76, 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf> >

Acessado em: 29/05/2013.

IBGE. **Banco de Dados Agregados (SIDRA)**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acessado em: 20/06/2013.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. **Contas Regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Contas Regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Contas Regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. **Pesquisa Anual do Comércio**. Rio de Janeiro, 2010c.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2009**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2010d.

IPEA. O que é Índice de Gini?. **Desafios do desenvolvimento**. Ano 1 . Edição 4, 2004

IPECE. **A Evolução do PIB dos Estados e Regiões Brasileiras no Período 2002-2010:**

Valores definitivos. 2012. (Informe nº 46). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_46_28_novembro_2012.pdf> Acessado em: 18/05/2013.

_____. **BOLETIM AGROPECUÁRIO DO CEARÁ 2006 E PERSPECTIVAS DE 2007**. Fortaleza, 2007. Disponível em:<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria3/agropecuaria/Boletim_Agronegocio_2006.pdf> Acessado em: 13/06/2013.

_____. **BOLETIM AGROPECUÁRIO DO CEARÁ 2007**. Fortaleza, 2008.

Disponível em:<

http://www.ipece.ce.gov.br/categoria3/agropecuaria/boletimAgronegocio_%202007.pdf >

Acessado em: 14/06/2013.

_____. **BOLETIM AGROPECUÁRIO DO CEARÁ 2008**. Fortaleza, 2009.

Disponível em:< http://www.ipece.ce.gov.br/categoria3/agropecuaria/BOLETIM_AGRONEGOCIO_2008.pdf > Acessado em: 14/06/2013.

_____. **BOLETIM AGROPECUÁRIO DO CEARÁ 2009**. Fortaleza, 2010.
Disponível em:< http://www.ipece.ce.gov.br/categoria3/agropecuaria/BOLETIM_AGRONEGOCIO_2009.pdf > Acessado em: 14/06/2013.

_____. **BOLETIM AGROPECUÁRIO DO CEARÁ 2010 E PERSPECTIVAS DE 2011**. Fortaleza, 2011. Disponível em:< http://www.ipece.ce.gov.br/categoria3/agropecuaria/Boletim_Agronegocio_2010.pdf > Acessado em: 15/06/2013.

KROETZ, Marilei. Crescimento econômico x Desenvolvimento: aspectos do crescimento econômico da Região de Rio do Sul e o reflexo nas questões sociais. **Revista Caminhos**. Rio do Sul, v. 1, n. 1, p. 25-45, out./dez. 2010. Disponível em:
<<http://www.caminhos.unidavi.edu.br/wp-content/uploads/2011/03/Artigo-2.pdf>>
Acessado em: 07/05/2013.

LEITE, Pedro Sisnando. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1983.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil: Radiografia de um país assimetricamente pobre**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

_____. **Mapa da exclusão social no Brasil: Radiografia de um país assimetricamente pobre**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

LINHARES, Fabrício *et al.* A hipótese de Kuznets e mudanças na relação entre desigualdade e crescimento de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. [s.l.], v. 42, n. 3, dez. 2012. p.403-432. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1330/1123> > Acessado em: 30/06/2013.

LOPES, Camila Raquel Torres. **Impactos da política do FDI na economia do Ceará no período de 1989 a 2009**. 2010. [10], 64 f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza-CE, 2010.

MAGALHÃES, Klinger Aragão; SOARES, Rogério Barbosa. **Boletim do Agronegócio Cearense 2008**. Fortaleza: IPECE, 2009.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 323-350, 2003. Disponível em:<revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/657/903 >
Acessado em: 25/06/2013.

MEIER, Gerald M.; BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MELLO, H. P. *et al.* **O Setor de Serviços no Brasil: Uma visão global – 1985/95**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão nº 549). Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0549.pdf>
Acessado em: 18/05/2013.

NEDER, H. D.; RIBEIRO, R. Diferenciais de rendimentos entre assalariados no Brasil recente. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 29, n. 56, p. 243-268, set. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/12369/14687>> Acessado em: 21/06/2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maio_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf> Acessado em: 20/05/2013.

PENNA, C. M. ; LINHARES, F. Há Controvérsia Entre Análises de Beta e Sigma-Convergência no Brasil?. **Revista Brasileira de Economia**, v. 67, p. 121-145, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v67n1/06.pdf>> Acessado em: 28/06/2013.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2002/1003**, Brasília. 2003.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2009/2010**, Brasília. 2010.

PONTES, Davi O. *et al.* Crescimento econômico e desigualdade de renda no Ceará. *In: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE*, 5., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: IPECE, 2009. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/economia-do-ceara-em-debate/v-encontro/artigos/CRESCIMENTO%20ECONOMICO%20E%20DESIGUALDADE%20DE%20REND A%20NO%20CEARA.pdf>> Acessado em: 14/05/2013.

PONTES, Paulo Araujo; VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Análise da Política de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará no período 2001-2004**. Fortaleza: IPECE, 2005. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_12.pdf> Acessado em: 22/05/2013.

RAÚL, Prebisch. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1994. 230p.

ROGGERO, R. **Uma leitura sobre o desenvolvimento do setor terciário no movimento contemporâneo do capital**. [s.l], 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/243/boltec243a.htm>> Acessado: 10/06/2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. *In: ARBIX, G., ZILBOVICUS, M., ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 155-164.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas). 215 p.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A.M.A.; RESENDE, G.M. **Crescimento econômico comparado dos municípios alagoanos e mineiros**: uma análise especial. Brasília: IPEA, 2006. 31 p. (Texto para discussão, 1162). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_4_29.pdf> Acessado em: 24/06/2013.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2008.

SULIANO, D.C.; MAGALHÃES, K. A.; SOARES, R. B. **A Influência do Clima no Desempenho da Economia Cearense**. Fortaleza: IPECE, 2009. (Texto para Discussão Nº 56). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_56.pdf> Acessado em: 25/06/2013.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999, 118 p.
Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001106/110686porb.pdf>>
Acessado em: 06/01/2013.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Economia Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIANA, Pedro Jorge Ramos. **Perfil da indústria cearense**. Fortaleza: FIEC, 2011.
Disponível em: <http://www.fiec.org.br/portalv2/sites/indi/files/files/INDICADORES_SETORIAIS_%20ANO%201_JULHO_2011.pdf> Acessado em: 15/05/2013.

WICHMANN, Bruno Moreira; PONTE, Paulo Araújo. **Índice Coincidente da Indústria Cearense – ICIC**. Fortaleza: IPECE, 2007. (Texto para discussão nº 43). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_43.pdf> Acessado em: 28/05/2013.